



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**RUTH ALMEIDA CORREIA**

**AMAZÔNIDAS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS DE  
MULHERES LÍDERES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO AMAZONAS**

**MANAUS – AM  
2025**



**RUTH ALMEIDA CORREIA**

**AMAZÔNIDAS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS DE  
MULHERES LÍDERES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Consuelena Lopes Leitão

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maise Caroline Zucco

**MANAUS – AM  
2025**

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

---

- C824a      Correia, Ruth Almeida  
              Amazônidas em movimento: trajetórias e resistências de mulheres líderes  
              de movimentos sociais no Amazonas / Ruth Almeida Correia. - 2025.  
              98 f. : il., p&b. ; 31 cm.
- Orientador(a): Consuelena Lopes Leitão.  
              Coorientador(a): Maise Caroline Zucco.  
              Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa  
              de Pós-Graduação em Psicologia, Manaus, 2025.
1. Mulheres. 2. Interseccionalidade. 3. Movimentos sociais. 4. Amazônia  
              . 5. Processos Psicossociais. I. Leitão, Consuelena Lopes. II. Zucco, Maise  
              Caroline. III. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-  
              Graduação em Psicologia. IV. Título
-

**CORREIA, R. A. AMAZÔNIDAS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES LÍDERES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO AMAZONAS.** 98f. Dissertação Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Consuelena Lopes Leitão. Manaus – Amazonas.

Aprovado em: 18/07/2025

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr<sup>a</sup> Consuelena Lopes Leitão  
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr<sup>a</sup> Maise Caroline Zucco  
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr<sup>a</sup>. (a) Iolete Ribeiro da Silva  
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. (a) Maria da Conceição Oliveira Carvalho Nogueira  
Universidade do Porto

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todas as mulheres amazônidas, que, com coragem seguem lutando e resistindo, sobretudo contra a violência epistêmica que insiste em tentar nos silenciar e apagar nossas histórias e saberes. Que essa escrita seja também um gesto de memória, presença e afirmação.

Também às minhas irmãs e à minha mãe, que desde criança me ensinam a correr atrás dos meus sonhos, que vendiam banana na cabeça e dentre tantas outras coisas, para que pudéssemos nos sustentar. Foi vendo vocês que entendi que a luta se faz de muitos jeitos e que nós crescemos lutando, cada uma da sua maneira. Amo vocês.

## AGRADECIMENTOS

É com muita alegria e gratidão que dedico estas palavras a todos que estiveram ao meu lado durante essa jornada, não nomearei todos aqui para que não fique tão extenso, mas saibam que moram no meu coração.

Agradeço as mulheres que se dispuseram a participar dessa pesquisa, de abrir as portas das suas casas, de partilhar suas histórias para uma estranha e por confiarem a mim suas lágrimas e suas formas de re(e)existir nesse mundo.

Dou início escrevendo esses agradecimentos de um local simbólico, na mesa da casa da minha irmã, Mery. Eu não tenho palavras para dizer o quão grata sou a você. Obrigada a você e a Regiane por terem me acolhido quando eu não tinha para onde ir. Sou imensamente feliz por estar finalizando esse processo no local que vocês possam chamar de casa. Obrigada por confiar em mim, por subir na garupa da moto mesmo com medo de eu derrubar a nós duas, pelos almoços, pelos conselhos, pelas brigas, pelos abraços, você é meu porto seguro, minha amiga e espero um dia, ser tudo isso de volta a você.

À minha irmã Jamille, que sempre me apoiou e cuidou de mim, obrigada pelos materiais escolares (que até no mestrado, você comprou para mim), obrigada por me ouvir e por compartilhar a vida comigo.

À minha mãe, que sei que me mantém em suas orações e sempre torce para o melhor em minha vida. Lembro de todas as vezes que fiquei com o bumbum doendo, andando na garupa da sua bicicleta pelas ruas de Manaus, vendendo roupa para sustentar os seis curumins (vulgo eu e meus irmãos). Sua força sempre me inspirou e, independentemente de qualquer coisa, serei grata por ser criada por você.

Ao meu amigo, companheiro, motorista e dentre tantas outras coisas, meu muito obrigada. Robert, você sempre será uma pessoa importante em minha vida, obrigada por compartilhar a vida e as contas comigo.

À minha amiga, Valexa, sem você eu provavelmente choraria sozinha pelos corredores da FAPSI. Obrigada por me apoiar, por ler meus textos, por me lembrar sempre que eu sou boa o suficiente, por abrir as portas da sua casa e me permitir estar com a sua família. Nosso encontro nessa vida já estava marcado.

Aos meus amigos, Thiago e Valcirleia, ou carinhosamente, Tito e Val. Obrigada pelas escutas, vocês não fazem ideia do quanto todos os currais do garantido em companhia de vocês me ajudaram e salvaram! Ali eu podia enxergar uma luz de que tudo ia ficar bem. Que sigamos no balanço da toada por toda uma vida, pois esses dez anos ao lado de vocês são poucos perto de uma vida toda que ainda quero partilhar.

Às minhas filhas de quatro patas, Cássia, Mavis e Olívia, que me ensinaram a ter paciência e me ensinam todos os dias como o amor pode ser leve e que dinheiro traz sim felicidade, se ele puder comprar uma ração boa. Obrigada por se revezarem a ficar deitadas na minha mesa de estudos enquanto escrevo e trabalho, pois apertando essas barriguinhas fofinhas me sinto, finalmente, em casa.

Ao Mirian, e à família Pantoja por torcerem por mim. Mirian, obrigada por existir em minha vida e por fazer questão de ser presente, que nossas trocas nunca se percam.

Às minhas orientadoras, Consuelena e Maise, que se dispuseram a me orientar mesmo com o caos da vida e da docência. Obrigada, queridas, pela paciência e pela disponibilidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo apoio ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM) pela possibilidade da realização de um dos sonhos dessa vida.

## Olhar de Curumim

### Boi Garantido

Que um dia o Deus da crença desses homens maus

Perdoe o genocídio feito a fogo e cruz

Regaram esse solo com o sangue dos meus

O caos é a matança em nome de Deus

Eu, ainda curumim, sem nada entender

Levado a força dos braços de minha mãe

A dor é o pavor, o kariwa invasor

É isso que propaga o seu Deus de amor?

Ô, ô, ô, ô, ô

Erguemos nossos punhos, lutamos pela terra

Os rios e a floresta, sou dono desse chão

**NÃO VAMOS SUCUMBIR, A ORDEM É RESISTIR**

Marchamos de mãos dadas, temei nossa união

Por curumins e cunhantãs iremos resistir

O garantido é a bandeira do povo a lutar

É a memória e a história que não vai morrer

É a essência dos meus ancestrais

Ô, ê, hei, hei, há, hei, ô, é, hei, hei

Garantido é a vontade de um povo que clama por paz

Ô, é, hei, hei, há, hei, ô, ê, hei, hei

Por justiça, liberdade grito: Escravidão nunca mais!

**CORREIA, R. A. AMAZÔNIDAS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES LÍDERES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO AMAZONAS.** 98f. Dissertação Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Consuelena Lopes Leitão. Manaus – Amazonas

## **RESUMO**

Essa pesquisa investigou como mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas constroem sua representatividade a partir de suas trajetórias de luta. Partiu-se do reconhecimento da invisibilidade histórica dessas mulheres nos espaços acadêmicos e políticos, buscando compreender os processos psicossociais que permeiam suas formas de organização e resistência. O estudo justifica-se pela escassez de pesquisas que abordem as especificidades das lideranças femininas na Amazônia sob perspectivas interseccionais e decoloniais. A pesquisa estabeleceu uma conexão com a Psicologia Social Crítica e Feminista ao demonstrar como os processos psicossociais permeiam as trajetórias de resistência dessas mulheres. Partindo dessa perspectiva, o estudo revelou como a Psicologia pode compreender a transformação de experiências individuais de opressão, marcadas por gênero, raça e classe, em potentes mecanismos de ação coletiva. Os objetivos centrais foram compreender como essas mulheres articulam suas representatividades, identificando os desafios na produção de conhecimento sobre mulheres amazônidas, investigando suas trajetórias de vida e motivações para o ativismo, e analisando suas práticas de resistência a partir do feminismo. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa com História Oral Temática, realizando entrevistas em profundidade com cinco mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas, atuantes em diversas frentes como direitos LGBTQIA+, movimentos negros e ribeirinhos. A análise buscou identificar estratégias de resistência, desafios enfrentados e impactos da interseccionalidade em suas trajetórias. Os resultados revelaram que o engajamento dessas mulheres surge como um "chamado inevitável" decorrente de experiências de opressão, conforme expresso em narrativas como "fui empurrada para esse lugar" (Iara) e "a luta estava em mim o tempo todo" (Cira). Identificou-se como principais desafios a invisibilidade regional, barreiras institucionais, conflitos geracionais, sobrecarga emocional e falta de políticas públicas. Por outro lado, destacou-se a capacidade dessas lideranças em transformar dores individuais em ações coletivas, criando estratégias de luta e resistência. Conclui-se que a pesquisa contribuiu para fortalecer as lutas dessas mulheres, rompendo com estereótipos vitimizantes e demonstrando a potência de suas ações políticas. Os resultados apontam para a necessidade de uma psicologia social engajada com as realidades amazônicas, capaz de compreender os processos psicossociais específicos da região e apoiar estratégias de cuidado coletivo para as ativistas.

Palavras-chave: Mulheres; Interseccionalidade; Movimentos Sociais; Amazônia; Processos Psicossociais.

**CORREIA, R. A. AMAZONIAN WOMEN IN MOVEMENT: TRAJECTORIES AND RESISTANCES OF WOMEN LEADERS IN SOCIAL MOVEMENTS IN THE AMAZON.** 98f. Dissertation Federal University of Amazonas. Supervisor: Consuelena Lopes Leitão. Manaus – Amazonas.

### **ABSTRACT**

This research investigated how women leaders of social movements in the Amazon construct their representativeness based on their trajectories of struggle. It started from the recognition of the historical invisibility of these women in academic and political spaces, seeking to understand the psychosocial processes that permeate their forms of organization and resistance. The study is justified by the scarcity of research addressing the specificities of female leadership in the Amazon from intersectional and decolonial perspectives. The research established a connection with critical and feminist social psychology by demonstrating how psychosocial processes permeate the resistance trajectories of these women. From this perspective, the study revealed how psychology can understand the transformation of individual experiences of oppression, marked by gender, race, and class, into powerful mechanisms of collective action. The central objectives were to understand how these women articulate their representativeness, identify the challenges in the production of knowledge about Amazonian women, investigate their life trajectories and motivations for activism, and analyze their resistance practices from a feminist perspective. Methodologically, a qualitative approach with thematic oral history was adopted, conducting in-depth interviews with five women leaders of social movements in Amazonas, active in various fronts such as LGBTQIA+ rights, Black movements, and riverside communities. The analysis sought to identify resistance strategies, challenges faced, and the impacts of intersectionality in their trajectories. The results revealed that the engagement of these women emerges as an "inevitable call" stemming from experiences of oppression, as expressed in narratives such as "I was pushed to this place" (Iara) and "the struggle was within me all along" (Cira). The main challenges identified were regional invisibility, institutional barriers, generational conflicts, emotional overload, and lack of public policies. On the other hand, the ability of these leaders to transform individual pains into collective actions was highlighted, creating strategies of struggle and resistance. It is concluded that the research contributed to strengthening the struggles of these women, breaking with victimizing stereotypes and demonstrating the power of their political actions. The results point to the need for a social psychology engaged with Amazonian realities, capable of understanding the specific psychosocial processes of the region and supporting collective care strategies for the activists.

Keywords: Women; Intersectionality; Social Movements; Amazon; Psychosocial Processes.

**CORREIA, R. A. AMAZONIDAS EN MOVIMIENTO: TRAYECTORIAS Y RESISTENCIAS DE MUJERES LÍDERES DE MOVIMIENTOS SOCIALES EN EL AMAZONAS.** 98f. Disertación Universidad Federal de Amazonas. Tutora: Consuelena Lopes Leitão. Manaus – Amazonas.

## **RESUMEN**

Esta investigación investigó cómo mujeres líderes de movimientos sociales en el Amazonas construyen su representatividad a partir de sus trayectorias de lucha. Se partió del reconocimiento de la invisibilidad histórica de estas mujeres en los espacios académicos y políticos, buscando comprender los procesos psicosociales que permeaban sus formas de organización y resistencia. El estudio se justifica por la escasez de investigaciones que aborden las especificidades de los liderazgos femeninos en la Amazonía desde perspectivas interseccionales y decoloniales. La investigación estableció una conexión con la Psicología Social Crítica y Feminista al demostrar cómo los procesos psicosociales permeaban las trayectorias de resistencia de estas mujeres. Partiendo de esta perspectiva, el estudio reveló cómo la psicología puede comprender la transformación de experiencias individuales de opresión, marcadas por género, raza y clase, en potentes mecanismos de acción colectiva. Los objetivos centrales fueron comprender cómo estas mujeres articulan sus representatividades, identificando los desafíos en la producción de conocimiento sobre mujeres amazónicas, investigando sus trayectorias de vida y motivaciones para el activismo, y analizando sus prácticas de resistencia desde el feminismo. Metodológicamente, se adoptó un enfoque cualitativo con Historia Oral Temática, realizando entrevistas en profundidad con cinco mujeres líderes de movimientos sociales en el Amazonas, activas en diversos frentes como derechos LGBTQIA+, movimientos negros y ribereños. El análisis buscó identificar estrategias de resistencia, desafíos enfrentados e impactos de la interseccionalidad en sus trayectorias. Los resultados revelaron que el compromiso de estas mujeres surge como un "llamado inevitable" derivado de experiencias de opresión, según se expresa en narrativas como "fui empujada a este lugar" (Iara) y "la lucha estaba en mí todo el tiempo" (Cira). Se identificaron como principales desafíos la invisibilidad regional, las barreras institucionales, los conflictos generacionales, la sobrecarga emocional y la falta de políticas públicas. Por otro lado, se destacó la capacidad de estos liderazgos para transformar dolores individuales en acciones colectivas, creando estrategias de lucha y resistencia. Se concluye que la investigación contribuyó a fortalecer las luchas de estas mujeres, rompiendo con estereotipos victimistas y demostrando la potencia de sus acciones políticas. Los resultados apuntan a la necesidad de una psicología social comprometida con las realidades amazónicas, capaz de comprender los procesos psicosociales específicos de la región y apoyar estrategias de cuidado colectivo para las activistas.

Palabras clave: Mujeres; Interseccionalidad; Movimientos Sociales; Amazonía; Procesos Psicosociales.

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
APA	American Psychological Association
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
EDHAMZONIA	Encontro Nacional de Psicologia, Educação e Direitos Humanos na Amazônia
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FAPSI	Faculdade de Psicologia
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
IAJA	Instituto de Articulação de juventude da Amazônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IST	Infecção Sexualmente Transmitida
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual+
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
PPGSI	Programa de Pós-graduação em Psicologia
PT	Partido dos trabalhadores
REDOR	Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
TEDE UFAM	Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Amazonas
TFD	Tratamento Fora de Domicílio
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Fluxograma do Processo de seleção dos trabalhos encontrados.....	28
<b>Figura 2.</b> Percorso de aproximação com o campo.....	43
<b>Figura 3.</b> Breve mapeamento de alguns movimentos sociais liderados por mulheres no Amazonas.....	44
<b>Figura 4.</b> Percorso de Sistematização e Interpretação dos dados.....	46

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Dados sistemáticos dos artigos selecionado.....	29
<b>Tabela 2.</b> Descrição das participantes e Categorização dos Movimentos.....	50

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO: O MOVIMENTO NO CAMPO DA PESQUISA.....</b>	<b>17</b>
<b>2. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>3. OBJETIVOS .....</b>	<b>25</b>
<b>3.1. Objetivo geral.....</b>	<b>25</b>
<b>3.2. Objetivos específicos.....</b>	<b>25</b>
<b>4. GÊNERO E ATIVISMO: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....</b>	<b>25</b>
<b>4.1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>4.2. PERCURSO METODOLOGICO.....</b>	<b>26</b>
<b>4.3. RESULTADOS.....</b>	<b>28</b>
<b>4.4. DISCUSSÃO .....</b>	<b>32</b>
<b>4.4.1. MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA FEMININA ..</b>	<b>32</b>
<b>4.4.2. RESISTÊNCIA E EMPODERAMENTO FEMININO .....</b>	<b>35</b>
<b>4.4.3. GÊNERO, IDENTIDADE E CULTURA .....</b>	<b>37</b>
<b>4.5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>38</b>
<b>5. QUANDO A LUTA MORA EM NÓS: A CONSTRUÇÃO DE RESISTÊNCIAS ATRAVÉS DE MULHERES LÍDERES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO AMAZONAS.....</b>	<b>39</b>
<b>5.1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>39</b>
<b>5.2. MÉTODO .....</b>	<b>41</b>
<b>5.2.1. Cuidados éticos .....</b>	<b>44</b>
<b>5.2.2. Procedimentos de análise .....</b>	<b>45</b>
<b>5.3. A PSICOLOGIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO AMAZONAS: Reflexões Epistemológicas para Contextualizar o Campo .....</b>	<b>47</b>
<b>5.3.1. QUANDO A VIDA EMPURRA E A LUTA EMERGE: A REPRESENTAÇÃO COMO UMATO DE REBELDIA .....</b>	<b>52</b>
<b>5.3.2. DOR QUE SE ORGANIZA: VOZES FEMININAS NA TRAVESSIA DA VIOLÊNCIA.....</b>	<b>59</b>
<b>5.3.3. NENHUMA DE NÓS SEM TODAS NÓS: MILITÂNCIA E CONSTRUÇÃO POLÍTICA, DO FEMINISMO AO TRANSFEMINISMO.....</b>	<b>62</b>
<b>5.3.4. NÓS, DAS MARGENS: DESAFIOS E RE(E)XISTÊNCIAS NA LIDERANÇA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>83</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>86</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>92</b>

<b>APÊNDICE I.....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE II.....</b>	<b>93</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>98</b>

## 1. APRESENTAÇÃO: O MOVIMENTO NO CAMPO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas constroem sua representatividade a partir de suas trajetórias de luta. O estudo se fundamenta em encontros marcados pelo acolhimento dessas mulheres, que compartilharam comigo suas narrativas e experiências sobre seus universos políticos e existenciais. E no caso dessas mulheres, em especial, a existência é sinônimo de resistência. Durante as idas a campo, elas foram essenciais para a realização desta dissertação. A você, leitora, que talvez não esteja familiarizada com a região Norte do Brasil, e mais especificamente com o estado do Amazonas, é importante ressaltar que falamos do coração da floresta Amazônica: um lugar onde a vida se entrelaça com rios, igarapés, igapós, cultura, culinária, ancestralidade e diversidade.

Esse é um território onde a natureza e a história se misturam, moldando as vivências e as identidades de seus povos. Cada encontro, cada conversa e cada gesto de acolhimento que experienciei reafirmaram a potência e pluralidade das vozes que ecoam na Amazônia, e essas vozes são femininas. Somos diversas, e é dessa multiplicidade de saberes e experiências que nasce a verdadeira essência desse trabalho.

Parte da contextualização acadêmica dessa experiência de mestrado teve início com as reflexões provenientes de um artigo anterior, já publicado, denominado “Análise dos processos de generificação a partir de estudos brasileiros”, que examina as relações entre gênero e generificação na produção científica brasileira (Ruth Correia *et al.*, 2024). Essa revisão de escopo, identificou a escassa representação da Região Norte nas discussões sobre generificação, além de lacunas conceituais e a necessidade de análises mais aprofundadas sobre suas manifestações em contextos específicos, aspectos que fundamentam e justificam a presente investigação sobre as experiências de lideranças femininas no Amazonas.

Portanto, o estudo que ora se apresenta, tem um caráter exploratório e foi construído a partir de uma perspectiva qualitativa, ancorada nos feminismos decolonial e interseccional, e explora o método da história oral temática para coleta e interpretação dos dados. Parte de epistemologias desenvolvidas por Gayatri Spivak<sup>1</sup> (1942), Glória Anzaldúa (2005), Patricia Hill Collins (2016), bell hooks (2023), Conceição Nogueira (2017) e outras autoras dos feminismos interseccional e decolonial, com um trabalho que

---

<sup>1</sup> Optou-se por colocar o primeiro nome das autoras, seguindo a premissa de maior visibilidade de mulheres que é abordada no presente trabalho.

busca transcender as fronteiras que silenciam as vozes de mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas, permitindo que suas experiências sejam compartilhadas em seus próprios termos.

A partir de um olhar crítico sobre os processos de subalternização presentes nas produções acadêmicas, nos relatos históricos e na memória coletiva, esse estudo abre espaços de diálogo entre pesquisadoras e ativistas, fortalecendo laços e desvelando as invisibilidades enfrentadas por essas mulheres.

Optou-se por referências majoritariamente escritas por mulheres, citando sistematicamente seus primeiros nomes e sobrenomes nas referências diretas e indiretas, como uma estratégia política de subverter convenções acadêmicas que frequentemente invisibilizam a autoria feminina em detrimento de autores masculinos. Essa opção, aliada a uma escrita que rejeita a pretensa neutralidade da linguagem acadêmica, adota o gênero feminino como universal, explicitando o lugar de fala das pesquisadoras e das autoras referenciadas.

Na etapa bibliográfica, foram consultadas dissertações e teses do acervo da CAPES e do TEDE/UFAM, artigos científicos disponíveis nos Periódicos da CAPES, na SciELO Brasil e outros, além de literaturas feministas clássicas e outras obras pertinentes ao tema.

A abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de explorar as histórias invisibilizadas sob a lógica colonial, privilegiando a subjetividade e as relações que estruturam significados profundos como atitudes, crenças e valores presentes no cotidiano (Maria Minayo, 2018). Essa escolha metodológica reconhece as participantes como produtoras de conhecimento e valoriza o trabalho coletivo entre pesquisadora e entrevistadas (Silva *et al.*, 2006), permitindo uma compreensão detalhada de suas experiências e interações. A relevância do método reside em centralizar as subjetividades e interpretações das mulheres envolvidas, destacando a importância da escuta ativa para que se sintam encorajadas a revelar suas narrativas (Elisa Brisola & Nilsen Marcondes, 2011).

Portanto, os resultados dessa pesquisa estão divididos em dois artigos: o primeiro consiste em uma revisão de literatura, na modalidade revisão de escopo, que mapeou a produção acadêmica sobre movimentos sociais na Amazônia, com o objetivo de identificar como as mulheres líderes têm sido retratadas na literatura e quais lacunas persistem nesses estudos. O segundo artigo é um trabalho de campo, a partir da história oral com 5 (cinco) mulheres de movimentos sociais do Amazonas, e tem como pergunta

norteadora identificar como mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas constroem e articulam sua representatividade, considerando suas perspectivas, estratégias de atuação e os desafios específicos que enfrentam? Esses estudos oferecem tanto um recorte do panorama do campo acadêmico quanto uma análise das experiências dessas lideranças.

No processo de aproximação com as mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas, participei ativamente de espaços estratégicos que discutiam gênero, liderança feminina e políticas públicas na região. Esses eventos foram fundamentais para compreender os desafios e pautas dessas lideranças, além de estabelecer vínculos iniciais com potenciais participantes da pesquisa.

Espaços como a 5ª Conferência Livre de Ciência, Tecnologia e Inovação pela vida das mulheres (Conexão Amazônicas), o I EDHAMZONIA (Encontro Nacional de Psicologia, Educação e Direitos Humanos na Amazônia), o 3º Seminário Gênero e Sexualidade em Debate, o 2º Colóquio Trans-educação, o 1º Encontro de Conselheiras do Estado do Amazonas e o 22º Congresso Nacional da REDOR (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero) foram essenciais para mapear as pautas, desafios e estratégias dessas lideranças. Esses encontros, promovidos por instituições acadêmicas e movimentos sociais, revelaram não apenas a diversidade de vozes femininas na Amazônia, mas também as intersecções entre lutas locais e agendas feministas nacionais, como o combate às violências estruturais, a defesa dos territórios e o acesso a direitos básicos.

A imersão nesses ambientes permitiu reconhecer as narrativas e redes de solidariedade que sustentam as lideranças pesquisadas, além de oferecer insumos para articular minha abordagem metodológica às demandas dessas mulheres. Ao final dessa jornada, carreguei não apenas dados, mas histórias que me modificaram como pesquisadora e como mulher. Se estas páginas conseguirem transmitir um fragmento da potência que testemunhei, da coragem de mulheres que defendem suas comunidades, então terá valido cada passo dado.

## **2. INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa nasceu do encontro entre inquietações teóricas e vivências transformadoras. Teve início como um pré-projeto de mestrado inspirado na obra de Marcia Tiburi (2021) intitulado “Complexo de vira-lata: Análise da humilhação colonial”, mas foi se redesenhando à medida que eu fui gradualmente mergulhando no campo,

conhecendo e reconhecendo a realidade dessas mulheres. No diálogo entre academia e território, foram as mulheres amazônidas, com seus saberes ancestrais e lutas cotidianas, que me guiaram, mostrando realidades que os livros, por si só, não poderiam revelar. Assim, este trabalho busca compreender como mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas constroem sua representatividade a partir de suas trajetórias de lutas.

Para pensar essa proposta foram muitos os desafios, um deles salientado por Alessandra Pereira e Iolete Silva (2023), que apontam para uma lacuna na historiografia, que precisa reconhecer e valorizar o papel das mulheres na história da Amazônia para se construir um entendimento mais completo da história da região levando em consideração a história das mulheres.

Ao dialogar com as perspectivas feministas decoloniais e interseccionais, especialmente através de Gayatri Spivak, Glória Anzaldúa e Patrícia Hill Collins, esse estudo não busca ‘dar voz’ às mulheres, mas reconhecer e fortalecer as vozes que já existem, em uma relação de escuta e aprendizado mútuo. Trata-se de registrar, junto a elas, como suas experiências únicas desmontam estereótipos e criam narrativas outras. Nesse processo, evidenciam-se não apenas os silenciamentos estruturais que enfrentam, como também as estratégias coletivas de resistência que tecem no cotidiano. Neste sentido, se faz necessário destacar o recorte do cenário da realidade das mulheres no Brasil.

No campo do trabalho, embora a presença feminina em cargos de liderança em empresas privadas tenha crescido, ainda há uma predominância masculina significativa. Em 2023, 83% dos cargos de presidência foram ocupados por homens. Mesmo assim, a participação de mulheres em conselhos administrativos aumentou de 10% em 2017 para 21% em 2023, demonstrando avanços contínuos em algumas áreas. No entanto, mulheres negras continuam sendo sub-representadas, compondo apenas 4,1% das presidências, evidenciando a interseccionalidade das desigualdades de gênero e raça nesse contexto (Talenses Group & Insper, 2023).

No Atlas da Violência de 2023, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA), foi registrado o aumento do número de casos de violência contra as mulheres. No Amazonas, o homicídio contra mulheres teve o aumento significativo de 48,2%, a maior taxa nesse período. Outro Estado da região amazônica que teve destaque foi Roraima, que apesar de uma queda de 40,8% nos casos, segue sendo o Estado com maior taxa de feminicídios do país, evidenciando que apesar da luta por representações em locais de poder, a violência ainda é sentida constantemente pelas mulheres.

Mesmo com a ocupação de alguns espaços, conforme os dados mencionados acima, na formação do Brasil muitas mulheres que contribuíram para marcos históricos tiveram suas trajetórias invisibilizadas. Um exemplo é Antonieta de Barros (1901-1952), a primeira deputada negra do país, que também atuou como professora e ativista. Embora sua relevância no cenário educacional e na representatividade política tenha sido invisibilizada pelo machismo e preconceito racial, é inegável sua importância para esses movimentos, sendo também responsável por propor a criação do Dia do Professor, celebrado dia 15 de outubro (Elizabeth Espindola, 2015).

Entre figuras brasileiras, temos Bertha Lutz (1894-1976), responsável pela criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), professora, ativista e cientista, foi a única mulher da América Latina a assinar a carta de fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), que colocou em pauta a criação da subcomissão sobre o Estatuto das Mulheres, sendo considerada pioneira da inscrição dos direitos das mulheres no Brasil (Ana Ribeiro, 2023).

Embora movimentos sociais e instituições acadêmicas tenham buscado resgatar a contribuição das mulheres, a escala dessa invisibilização histórica no Brasil ainda supera esses esforços, com o risco constante de naturalizarmos a falsa premissa de que elas não participaram ativamente da ciência, tecnologia e construção histórica nacional (Maria Lopes, Lia Souza & Mariana Sombrio, 2004). Dessa forma, retratar a narrativa histórica de mulheres emerge como um meio de romper com as lógicas dominantes.

No Brasil, apesar do contexto da ditadura militar, as mulheres entram em cena, ocupando espaços sociais e políticos, destacando-se nos movimentos sociais, na luta contra a carestia e pela anistia política. A partir dos anos 80 houve maior interesse na perspectiva feminina; contudo, críticas a uma perspectiva essencialista e vitimista da mulher eram traçadas. Buscou-se então reconhecer as diferenças entre cultura, classe, raça, nacionalidade, geração e outras categorias para evitar generalizações (Maria Matos, 2013).

Lélia Gonzalez (2020) provocativamente argumenta sobre a interseccionalidade das opressões vividas pelas mulheres negras no Brasil, e enfatiza a importância da interconexão entre raça, gênero e classe na análise das dinâmicas de poder. A autora aborda como o movimento feminista e de mulheres tem suas raízes na branquitude, o que corrobora para o “esquecimento” das mulheres negras ou questões raciais em suas movimentações e debates políticos.

A autora enfatiza a necessidade do movimento negro: “é no movimento negro que se encontra o espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo e suas articulações com a exploração de classe” (Lélia Gonzalez, 2020, p. 47). Mesmo com o forte apoio ao movimento negro, as mulheres negras também enfrentavam as práticas machistas nesse ambiente, sendo excluídas do processo de tomada de decisões e postas a tarefas delimitadas como femininas, o que aponta a relevância de movimentos sociais que fossem contra essa lógica e englobasse mulheres negras (Lélia Gonzalez, 2020). Com isso, os feminismos surgem como movimentos que geram a visibilidade pública de um coletivo.

A primeira onda do feminismo no Brasil, ainda que influenciada por movimentos europeus e norte-americanos, teve características próprias, destacando-se a luta pelo sufrágio feminino como um de seus pilares. Enquanto no contexto global as reivindicações eram lideradas por mulheres brancas e burguesas, no Brasil, figuras como Leolinda Daltro emergiram como pioneiras, fundando o Partido Republicano Feminino em 1910 e desafiando as estruturas patriarcais da Primeira República (Mônica Karawejczyka, 2014).

Leolinda, assim como as sufragistas internacionais, buscava inserir as mulheres no espaço público, reivindicando direitos políticos e questionando a exclusão feminina da vida cívica. Sua atuação, muitas vezes associada ao radicalismo, trouxe visibilidade à causa, mesmo enfrentando resistências. Apesar das diferenças sociais e culturais, a pauta do voto uniu feministas brasileiras e estrangeiras, marcando a primeira onda como um momento de ruptura com a ideia de que a política era exclusivamente masculina. No Brasil, essa luta culminou na conquista do voto feminino em 1932, reflexo tanto das pressões locais quanto do contexto global de emancipação política das mulheres (Mônica Karawejczyka, 2014). Assim, o sufrágio brasileiro, ainda que tardio, consolidou-se como parte integrante dessa fase inicial do feminismo, que redefiniu o lugar da mulher na sociedade.

A segunda onda do feminismo no Brasil, como analisa Miriam Grossi (1994), problematizou questões como corpo, sexualidade e violências intrafamiliares, articulando-as à resistência contra a ditadura militar (1964-1985). Nesse contexto, grupos como o SOS Mulher emergiram, denunciando a violência doméstica como uma opressão política e privada. Miriam Grossi (1994) destaca que, embora o movimento fosse inicialmente liderado por mulheres brancas de classe média, as mulheres negras começaram a ganhar espaço, questionando a universalidade das pautas feministas. A

segunda onda pavimentou caminhos para debates interseccionais, ainda que limitados à época, combinando lutas por democracia e emancipação feminina (Miriam Grossi, 1994).

Na terceira onda, o caráter pós-estruturalista é firmado e o conceito de gênero torna-se objeto de um debate abrangente, que transcende a perspectiva binária tradicional, propõe uma reconfiguração da compreensão de identidades e o diálogo com a interseccionalidade e feminismo negro (Diana Ribeiro *et al.*, 2021).

No que se refere à quarta onda do feminismo, ela ainda está em ascensão, mas algumas características já podem ser apresentadas, como o uso em massa de redes sociais e da tecnologia, configurando-se em um ativismo amplamente digital, que será utilizado nessa pesquisa como um dos meios de chegada ao campo. Além da ampliação das discussões sobre identidade e corpo, se destaca também a crescente visibilidade das questões relacionadas à comunidade trans e à gordofobia (Olívia Perez & Arlene Ricoldi, 2019).

A periodização do feminismo em "ondas", embora útil didaticamente, tem sido criticada por linearizar um movimento plural e descontínuo. Como aponta Helena Hirata (2020), essa categorização "apaga as lutas simultâneas de mulheres negras, indígenas e periféricas, cujas demandas não se encaixam nessa cronologia eurocêntrica" (p. 64). Além disso, a metáfora das ondas sugere uma sucessão de fases superadas, quando, na realidade, pautas da "primeira onda" (como o direito ao voto) ainda são urgentes em muitos contextos, evidenciando a sobreposição temporal das lutas feministas.

Assim, ao adentrarmos os estudos feministas, com especial atenção à realidade das mulheres na Amazônia, encontramos a crítica de Motta-Maués (1999), que analisa como a produção acadêmica tradicionalmente negligenciou tanto a presença quanto o papel fundamental dessas mulheres, relegando suas experiências a um lugar de invisibilidade epistêmica. A autora demonstra como essa omissão não é acidental, mas estrutural, refletindo hierarquias de gênero, classe e região que permeiam o conhecimento científico, que focava principalmente nos homens, que são tradicionalmente associados ao sustento da família, estando também a frente em número de publicações.

Apesar dos avanços nas discussões de gênero a partir da década de 1980, persiste uma significativa invisibilização das mulheres em diversos âmbitos sociais e acadêmicos. A persistente invisibilidade das mulheres amazônidas na produção acadêmica, especialmente das pescadoras e outras trabalhadoras tradicionais, reflete as assimetrias regionais brasileiras (Motta-Maués, 1999). Como evidenciam os estudos de Magalhães

(2017), essa marginalização epistêmica está diretamente vinculada aos altos índices de violência de gênero e à precariedade de políticas públicas na região.

Ao considerar as mulheres de maneira plural, se faz necessário um olhar sobre as interlocuções de opressões vivenciadas. Partindo disso, a análise sob uma perspectiva de gênero, raça e classe se torna relevante, levando em consideração a diversidade de mulheres do contexto da pesquisa e seus vários locais de atuação, visto que não fazem parte de uma elite econômica e rompem padrões hegemônicos, pois são mestiças, negras, indígenas, ribeirinhas, LGBTQIA+, ou seja, mulheres historicamente subalternizadas. (Fabiana Chaves & Maria Assis César, 2019).

Nesse sentido, Mariana Pedrosa e Valeska Zanello (2016), apontam o silenciamento das violências sofridas por mulheres e como a naturalização de comportamentos e padrões sociais afeta a vida delas. Logo, emergir politicamente e socialmente em qualquer esfera se torna um caminho cheio de desafios, sobretudo para mulheres que vão contra os padrões hegemônicos, considerando que suas trajetórias perpassam por diversos marcadores sociais. Por isso, se articular politicamente por meio de movimentos sociais torna-se uma forma de buscar por direitos e justiça social.

Os movimentos sociais para Maria Gohn (2011), são “fontes de inovação e matrizes geradoras de saber” (p. 335), portanto são um conjunto de ações sociopolíticas construídas coletivamente, articuladas a partir da criação de uma identidade coletiva que permeia os interesses em comum dos agentes participantes do movimento. Apesar do protagonismo feminino em sindicatos e movimentos populares, as lideranças ainda tendem a ser associadas a figuras masculinas, limitando o reconhecimento formal da influência das mulheres (Maria Ghon, 2007).

Em sua obra, Paula Lacerda (2013) destaca a importância da participação feminina nos primeiros movimentos sociais na Amazônia Brasileira. A autora destaca a articulação entre os movimentos sociais e a igreja, que, apesar de transcender os aspectos do cuidado familiar, eram vistos como trabalhos femininos. Essa colaboração abriu espaço para a participação política das mulheres e seu engajamento em lutas pelos direitos à moradia, alimentação e pela desnaturalização dos ciclos de violência doméstica, institucional e estrutural.

Deste modo, seguindo o pensamento de Glória Anzaldúa (2005), as representações identitárias de mulheres não precisam de uma aprovação social da ótica dominante, pois se afastam do papel do “outro”, e apresentam novas perspectivas da construção da mulher não hegemônica. A autora “busca uma exoneração, uma visão

através das ficções da supremacia branca, uma visão de nós mesmas em nossas aparências verdadeiras, e não como a personalidade racial falsa que nos foi imposta, e que nos impusemos” (Glória Anzaldúa, 2005, p. 706).

Portanto, contribuir com as mulheres para expor e narrar suas trajetórias como meio de promoção da sua representatividade também no campo científico corrobora para a visibilização de suas lutas, pois apesar de termos mulheres líderes de movimentos sociais que desafiam e transcendem os padrões hegemônicos preestabelecidos, elas ainda estão situadas à margem histórica e acadêmica.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo geral**

Compreender como mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas constroem sua representatividade a partir de suas trajetórias de luta.

#### **3.2. Objetivos específicos**

- Identificar os desafios na construção da história e produção de conhecimento científico sobre mulheres Amazônidadas.
- Investigar a trajetória de vida das líderes e as motivações que levaram a se vincularem aos movimentos sociais no Amazonas.
- Analisar a partir das perspectivas feministas as práticas de resistência adotadas por mulheres líderes de movimentos sociais, evidenciando suas contribuições nas respectivas lutas.

## **ESTUDO I**

### **4. GÊNERO E ATIVISMO: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

#### **4.1. INTRODUÇÃO**

Essa revisão de escopo tem como objetivo analisar a produção acadêmica sobre a atuação de mulheres em movimentos sociais na Amazônia Legal, com foco em suas estratégias de organização e resistência frente aos desafios regionais. O estudo abrange os nove estados que compõem a Amazônia Brasileira (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso), conforme delimitação do

IBGE (2022), optando por essa ampliação geográfica devido à escassez de pesquisas específicas sobre o estado do Amazonas.

A representação da Amazônia tem sido historicamente marcada por narrativas distorcidas, herdadas de uma visão colonial que reduziu a complexidade da região a estereótipos exóticos (Chaves e Cesar, 2019). Esse imaginário persistente cria barreiras adicionais para mulheres que buscam emergir politicamente em um contexto triplamente marginalizado: como habitantes de uma região periférica, membros de classes sociais subalternas e sujeitos de gênero oprimidos. Diante dessas camadas de desigualdade, a organização em movimentos sociais surge como um mecanismo fundamental de articulação política, permitindo que mulheres amazônidas transformem suas lutas individuais em pautas coletivas e visíveis.

Essa revisão se propõe, portanto, a mapear como os estudos acadêmicos têm retratado essas dinâmicas de resistência, destacando tanto os desafios enfrentados quanto as estratégias criativas desenvolvidas por mulheres na região.

De acordo com Gohn (2007), as mulheres são maioria nas bases dos movimentos sociais, sejam eles feministas ou populares, mas suas lideranças e pautas específicas frequentemente permanecem invisibilizadas. A autora destaca que, na contemporaneidade, os movimentos sociais articulam-se de formas cada vez mais híbridas, combinando lutas identitárias, demandas por condições de vida dignas e atuação em redes políticas.

Embora alguns enfatizem direitos culturais ou de identidade (como movimentos indígenas ou LGBTQIA+), outros priorizam questões materiais (como acesso à terra ou moradia); outros ainda atuam em espaços institucionais (como conselhos e fóruns). O que os unifica, segundo Gohn (2007), é a resistência às opressões estruturais e a construção de alternativas coletivas, dimensões centrais para entender a atuação das mulheres amazônidas em seus contextos específicos. Neste contexto, o estudo foi realizado como um processo de preparação bibliográfica para adentrar ao campo da pesquisa, que aborda as mulheres presentes nos movimentos sociais na Amazônia e suas representações.

#### **4.2. PERCURSO METODOLOGICO**

Nesse estudo, foi adotado o modelo metodológico (PRISMA-ScR), com o objetivo de mapear e explorar a literatura disponível sobre o tema. Como estratégia para formulação da pergunta norteadora foi utilizada População, Contexto e Conceito (PCC). A pergunta se constituiu em verificar: “O que está sendo produzido academicamente

sobre mulheres presentes em movimentos sociais na Amazônia Brasileira nos últimos cinco anos (2019-2024)?”

As buscas dos artigos foram realizadas nas bases de dados eletrônicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, Biblioteca Científica Eletrônica Online (SciELO), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). As bases de dados *Scopus* e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) não foram utilizadas, pois após pesquisa com os descritores estabelecidos, não houve retorno sobre a temática abordada.

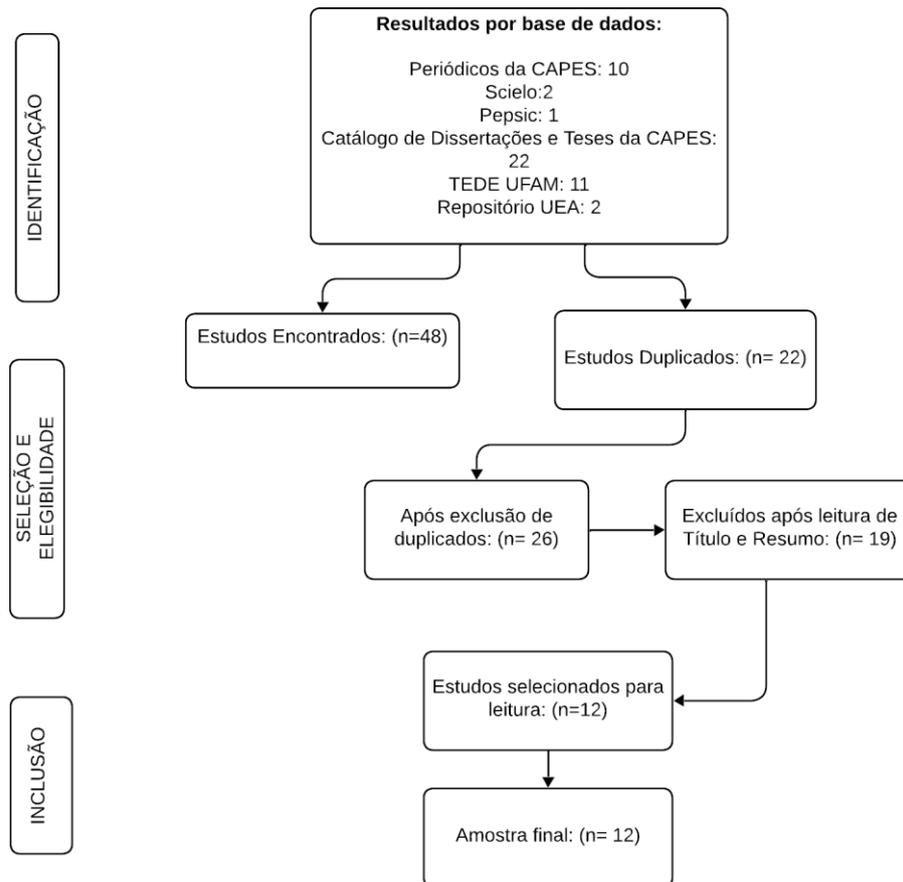
No processo de construção da *string*, houve a utilização de vários descritores para que abordassem o máximo de estudos possíveis visando sua integralidade na pesquisa. Após os testes com a *string* proposta, a estratégia que mais viabilizou estudos foi a “Mulheres” AND “Movimentos Sociais” AND “Amazônia” sendo termos que se encontram cadastrados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). O período selecionado foi dos últimos cinco anos (2019 a 2024).

Como critérios de inclusão foram utilizados: (1) Produções Brasileiras, (2) Estudos Gratuitos, (3) Estudos Produzidos nos últimos cinco anos, (4) Estudos que tenham como tema central mulheres em movimentos sociais na Amazônia. E como critérios de exclusão: (1) Estudos Duplicados, (2) Estudos em Andamento.

Os estudos foram sistematizados com o auxílio do aplicativo Rayyan, que possibilitou a identificação e a remoção de duplicatas. Em seguida, os títulos e resumos dos estudos foram lidos por duas juízas, que selecionaram aqueles que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. As juízas emitiram pareceres acerca da inclusão ou exclusão dos estudos e os conflitos foram resolvidos. Nos casos de divergência em relação a determinados artigos, consultou-se uma terceira juíza. Após o processo de seleção, todos os artigos selecionados foram lidos na íntegra para a elaboração desta revisão conforme fluxograma da Figura 1.

**Figura 1**

*Fluxograma do Processo de seleção dos trabalhos encontrados*



### 4.3. RESULTADOS

A Tabela 1 sintetiza a revisão sistemática realizada organizando os estudos analisados a partir de cinco eixos fundamentais: autoria (identificando as principais pesquisadoras envolvidas), origem geográfica (localização institucional dos estudos), campo de estudo (área temática de abordagem), objetivos (foco da investigação) e principais resultados (contribuições e descobertas relevantes). Essa sistematização permite visualizar padrões, lacunas e tendências na produção acadêmica sobre o tema, evidenciando tanto a diversidade epistemológica quanto as desigualdades regionais na construção do conhecimento.

**Tabela 1***Dados sistemáticos dos artigos selecionados*

<b>Autoria</b>	<b>Origem</b>	<b>Campos de Estudo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Principais Resultados</b>
<b>1</b> Maria Salete Pantoja Aquime (2018)	Artigo	Antropologia	Analisar a história de luta e resistência das mulheres do município Cametá, Estado do Pará, buscando caminhos de resistência contra o patriarcado e o machismo presentes nas organizações sociais.	O artigo evidencia a busca por empoderamento feminino com a venda dos produtos para os atravessadores e a dificuldade em ter a sua luta reconhecida, visível, sobretudo em espaços ligados às representações sociais, como os sindicatos e em outras cooperativas de produção.
<b>2</b> Maria Páscoa Sarmiento de Sousa (2022)	Artigo	Antropologia	Compreender por que e como as mulheres quilombolas assumiram, ao longo do tempo-espço, agências sociopolíticas no sentido de garantir a efetivação de direitos socio territoriais em Salvaterra, no século XXI.	As mulheres quilombolas, movem-se na Amazônia e, nesse movimento transgressor, mudam ordens há muito estabelecidas e naturalizadas. Em Salvaterra, as malungas foram os sujeitos principais da ação política e aquelas que manejam com maior habilidade as ferramentas necessárias para garantir as re-existências em seus territórios.
<b>3</b> Lima (2021)	Dissertação	Antropologia	Compreender quais impactos, especificamente relacionados à territorialidade e ao protagonismo indígena, a criação do movimento de mulheres propicia para as comunidades indígenas de São Marcos.	Os aspectos conceituais dos movimentos sociais implicam uma mudança no que diz respeito à participação das mulheres no âmbito político, social e econômico dentro e fora das comunidades, ocupando papéis e funções sociais, rompendo assim, com a invisibilidade e preconceitos de gênero, mostrando perante a sociedade o fortalecimento da representatividade e do protagonismo da mulher indígena.
<b>4</b> Silva (2022)		Antropologia	Descrever a construção das relações de gênero a partir da perspectiva feminina em uma região de grande riqueza cultural e linguística, o Alto Rio Negro.	Reconhecimento a mulher do Noroeste Amazônico como articuladora de transformações políticas capazes de garantir sua participação no movimento indígena da região, apesar de todo o

	Tese			negacionismo a que foi submetida, e de se tornar um agente social indispensável no contexto da FOIRN por inserir pautas e discussões que dialogam com as necessidades dos povos indígenas e lhes proporcionam investimentos de instituições interessadas em financiar as ações empreendedoras por elas realizadas.
5 Leticia Cardoso Gonçalves e Mônica Prates Conrado (2021)	Artigo	Ciências Sociais	Apresentar a Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento e seu protagonismo na luta antirracista na região amazônica do Brasil em um contexto de pandemia da Covid-19.	A Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento, criada com intuito de oferecer auxílio financeiro e psicológico a mulheres habitantes do Arquipélago do Marajó, estabeleceu maneiras próprias de Amefricanidade reafirmando Territórios negros e identidades afro-diaspóricas em ciberespaço para a valorização da vida e cultura afro-brasileira na região Amazônica.
6 Cristiane Modesto do Nascimento (2023)	Artigo	Ciências Sociais	Fazer uma breve reflexão acerca do movimento político protagonizado pelas mulheres originárias na defesa de seus direitos.	As mulheres originárias resistiram ao processo colonizador orquestrado pelo Estado, e hoje, encontram-se cada vez mais organizadas, protagonizando um movimento próprio em defesa de seus direitos, demarcando, aldeias, territórios, ruas, urnas, redes sociais, academias e a política.
7 Sales (2022)	Tese	Ciências Sociais	Verificar de que maneira se constitui a cidade de Manaus, a partir das tessituras contra hegemônicas das mulheres.	Mulheres amazônidas impuseram sua presença na cidade a partir de rotas de fuga, em uma posição visivelmente transgressora. Mostra também que elas são as grandes tecelãs da arquitetura simbólica da cidade de Manaus. Ao mesmo tempo que lutam pelo direito à moradia/cidade em seus coletivos, encontram-se em

				uma constante poieis, forjando-se a si mesmas como constructos sociais.
<b>8</b> Moura (2019)	Dissertação	Ciências sociais	Discutir o processo de construção das demandas e reivindicações das mulheres indígenas da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR).	As demandas e reivindicações das mulheres indígenas foram sendo aprimoradas no decorrer dos anos, foram inseridas, dentre elas, a busca de espaços para discutir suas especificidades, combater à violência contra a mulher, discutir a saúde da mulher, projetos de autossustentabilidade para o desenvolvimento econômico da comunidade.
<b>9</b> Antônia Lenilma Meneses de Andrade e Luiz Augusto Pinheiro Leal (2020)	Artigo	Educação	Analisar o processo de formação do Movimento de Mulheres da Guajarina, demonstrando como o movimento se tornou um marco na organização de Lideranças femininas na região.	Movimento de Mulheres da Guajarina, evidencia uma ação feminina coletiva que rompeu com os padrões tradicionais associados ao lugar da mulher. O novo lugar, sem dúvida, iria “muito além do fogão”.
<b>10</b> Maria Zeneide Gomes da Silva e Jeniffer dos Santos Pereira (2023)	Artigo	Educação	Refletir sobre a organização social de mulheres capoeiristas na Amazônia, no Estado do Amapá.	Os resultados apontam a capoeira e o coletivo analisado, enquanto movimentos sociais marcados pelas diferenças étnico-raciais, intergeracionais, pela resistência, luta por adequação de gênero e afirmação de suas identidades LGBTQI+, com seus gingados políticos nas rodas de capoeira e grande roda social no meio do mundo, esquina do Rio Amazonas com Oceano Atlântico, no Estado do Amapá.
<b>11</b> Alessandra Severino Silva Manchinerye Adnilson de	Artigo	Geografia	Expor a experiência de vida e de luta de lideranças femininas, no que tange à preocupação com seus direitos, seus posicionamentos e reflexões que produzem transformações em suas	Havia uma relação de conflito, entre deixar e não deixar as mulheres marcarem seus próprios territórios de luta e resistência dentro e fora das aldeias, a luta dessas mulheres gerou o que denominam de autodeterminação, isto é, a luta

Almeida Silva  (2019)			realidades sociais e culturais.	e pela defesa da identidade e do território, e acima de tudo pelo empoderamento.
12  Marcos Lucas Abreu Braga  (2021)	Artigo	História	Analisar a participação das mulheres no movimento operário no contexto de 1917 a 1919.	Verificou-se a presença delas nos sindicatos e associações classistas existentes, assim como a atuação de algumas delas enquanto articulistas e leitoras da imprensa operária – que, por sua vez, também levantava a temática da “emancipação feminina” em suas páginas – que circulou no período.

#### 4.4. DISCUSSÃO

A partir do contexto estudado, os artigos selecionados versam sobre as articulações de mulheres na Amazônia, tendo como principais atravessamentos os de gênero, raça, classe e territorialidade, com ênfase nos desafios e resistências de mulheres em toda a extensão amazônica. No que tange aos campos de estudos, nenhuma pesquisa foi realizada na área de Psicologia; observa-se, majoritariamente, estudos nas áreas da Antropologia e Ciências sociais. Além disso, 92% dos artigos (n=10) foram escritos por mulheres ou tiveram mulheres como primeiras autoras.

Dos estudos analisados, apenas dois (n=2) abordavam diretamente Manaus ou o Amazonas. Majoritariamente, os estudos são sobre os estados do Pará e Roraima (n=10) e centram-se em mulheres da Amazônia. Isso corrobora para a existência de uma lacuna em estudos que falem diretamente sobre as trajetórias de mulheres que ocupam espaços de resistência em movimentos sociais no Amazonas. Os dados podem ser observados de maneira mais abrangente conforme Tabela 1.

Os estudos foram organizados em categorias temáticas conforme seus objetivos e resultados, sendo elas: **1) Movimentos Sociais e Organização Política Feminina; 2) Resistência e Empoderamento; 3) Gênero, Identidade e Cultura.**

##### 4.4.1. MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA FEMININA

Essa sessão será dedicada à apresentação dos estudos que abrangem os movimentos sociais e a organização política das mulheres, abordando as diversas demandas e desafios enfrentados.

Historicamente as mulheres já lutam por seus direitos ao trabalho, sexualidade e contra as imposições de gênero, denominada de primeira onda do feminismo. Contudo, mulheres negras e pobres não estavam presentes nessa narrativa, o que posteriormente contribui para as discussões do feminismo negro e outras correntes do feminismo.

Os anos de 1917 a 1919 foram marcados por manifestações trabalhistas e greves: as mulheres que já estavam inseridas no mercado de trabalho reivindicavam seus direitos por uma jornada de trabalho menor, licença maternidade e ambientes de trabalho menos insalubres.

As empregadas em fábricas, por sua vez, concentravam-se às dezenas ou às centenas em estabelecimentos industriais, que preferiam sua mão de obra já que seus salários eram – assim como os dos menores de idade – mais baixos do que o de trabalhadores masculinos [...] premidas por ambientes insalubres, salários de miséria e pelo autoritarismo dos patrões e capatazes, estas trabalhadoras fabris entabularam uma sequência de greves e movimentos de protesto entre o final de 1918 e 1919 (Braga, 2021).

Ao adotarem essa ótica transgressora, as mulheres reivindicam seus espaços, mas como são retratadas na história ou na memória coletiva? A história daquelas que rompiam com essa norma, geralmente mulheres negras, indígenas e pobres, foi e continua sendo silenciada até os dias atuais.

Em seu estudo, Maria da Silva e Jeniffer Pereira (2023) exploram a trajetória das mulheres do coletivo “Mulheres que Gingam no Meio do Mundo”. Essas mulheres eram frequentemente rotuladas como “desordeiras, vadias e prostitutas” por desafiam os padrões hegemônicos de gênero, não se conformando com os comportamentos tradicionalmente associados à feminilidade, como o cuidado integral do lar e da família. O coletivo era caracterizado por sua diversidade, reunindo majoritariamente mulheres negras, mas também lésbicas, cisgênero e transgênero, que se articulavam para enfrentar as diversas intersecções de opressões vividas.

Para Lélia Gonzalez (2018) “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo”; desse modo, cada uma dessas mulheres interpretará e vivenciará os fenômenos de racismo e sexismo de maneira única, dependendo de suas posições sociais e contextos pessoais. As articulações dentro do coletivo eram elaboradas de forma conjunta, mas principalmente pautadas em questões raciais e de gênero. Para ocupar o espaço político, foi necessário organizar-se e

(re)persistir tanto dentro quanto fora do movimento, já que havia também o papel representativo fora do coletivo.

Dentro da perspectiva de interseccionalidades e representações, na região nordeste do Pará, em 1990, mulheres oriundas do meio rural fundaram o Movimento de Mulheres da Guajarina. Esse movimento foi pioneiro na região e formador de várias organizações de lideranças (Antônia Andrade & Leal, 2020). A importância da representatividade das mulheres nesses espaços repercutiu de maneira significativa, sendo responsável, ao longo dos anos, pela formação de várias lideranças femininas.

Além disso, vai de encontro com os estudos de Anne Phillips (2001). Em seu artigo “De uma política das ideias a uma política das presenças” a autora propõe que a exclusão política de grupos marginalizados exige uma representação que considere a presença física desses grupos nos espaços de decisão, como ocorreu com o movimento em questão.

Além dos espaços políticos, essas organizações se estabelecem também em formatos de redes de apoio, como as mulheres Marajoaras, movimento que teve intuito de estabelecer uma rede de amparo com auxílios financeiros e psicológicos para mulheres habitantes do arquipélago do Marajó em meio a pandemia de COVID-19. No artigo de Lética Gonçalves e Mônica Conrado (2021) as questões raciais emergem como um dos pontos principais, visto que 70% das pessoas que permaneciam a fazer trabalhos domésticos ou informais durante o período pandêmico eram mulheres radicalizadas, pois a atividade exercida eram sua única fonte de renda.

Nos movimentos sociais de mulheres originárias, elas surgem como um marco de resistência e rompimento da ótica colonial. Apesar dos desafios relacionados a gênero, raça, classe, etnia e entre outros, elas resistem ao processo colonizador e se organizam política e socialmente dentro das suas comunidades em defesa de seu território e direito à vida (Christiane Nascimento, 2023). Nessas comunidades o espaço doméstico desempenha um papel crucial na construção de autonomia, uma vez que é nesse contexto que se definem e discutem questões sociais e políticas relevantes para a coletividade (Lima, 2021).

Diante disto, as questões identitárias e culturais aparecem fortemente em grande parte dos artigos. A Amazônia como território marcado pela mestiçagem e o surgimento de novas noções identitárias, como o pardo, mestiço, caboclo e ribeirinho, identidades que carecem de representações, principalmente ao público feminino, como porta de entrada a ocupação de espaços de poder político e social.

As consequências dessas representações originadas pelas políticas de mestiçagem desencadearam processos de luta de reconhecimento em prol da valorização e história da cultura negra na região Amazônica por meio da criação de espaços de resistência [...] os ideais da Rede de Mulheres Marajoaras são marcados pela busca do fortalecimento de mulheres negras por meio de apoios psicológico e financeiro. A criação de laços de afeto e trocas de experiências fazem com que essas mulheres, negras e indígenas, se mantenham vivas em um momento que o próprio Estado não garante um amparo qualificado em termos de saúde pública (Gonçalves & Conrado, 2021, p. 108).

Nessa perspectiva, os laços de resistência dessas mulheres se dão para além das organizações políticas. Há uma rede de afetos que permite a melhor interação entre elas, tendo em vista que, historicamente, o papel das mulheres foi amplamente restrito ao âmbito doméstico, em contraste com o espaço público

#### **4.4.2. RESISTÊNCIA E EMPODERAMENTO FEMININO**

O processo de reconhecimento das opressões de gênero pelas mulheres revela um sistema complexo de dominação masculina que permeia as estruturas culturais e simbólicas da sociedade. Como demonstra Bourdieu (2002) em sua análise sobre a dominação masculina, esses mecanismos operam de forma tão naturalizada que produzem a ilusão de uma incompatibilidade essencial entre o feminino e os espaços de poder. Essa construção social, que associa as mulheres à fragilidade e à esfera privada, serve como justificativa ideológica para sua exclusão sistemática dos centros decisórios (Maria Aquime, 2018). Embora as conquistas femininas no mercado de trabalho sejam inegáveis – com a significativa inserção profissional fora do âmbito doméstico nas últimas décadas –, essa presença não se traduziu em paridade nos espaços de poder, onde persiste uma assimetria gritante (Helena Hirata, 2014).

Essa realidade evidencia o que Raewyn Connell (1995) denominou de "ordem de gênero", um sistema dinâmico que organiza as relações sociais através da generificação de papéis e expectativas. A reprodução social desses padrões hegemônicos não apenas condiciona performances de gênero específicas, como também naturaliza hierarquias que subalternizam determinadas formas de ser e existir (Ruth Correia *et al.*, 2024). Nesse contexto, os espaços de acolhimento e emancipação surgem como territórios políticos de

resistência, onde mulheres e grupos subalternizados ressignificam suas experiências e constroem contranarrativas capazes de desafiar as estruturas opressoras (bell hooks, 2019).

A análise de Sousa (2022) sobre os quilombos contemporâneos na Amazônia revela como esses espaços se constituem em verdadeiros laboratórios de resistência cotidiana. Liderados majoritariamente por mulheres, esses movimentos desenvolvem agências políticas contra hegemônicas que articulam a defesa territorial com o reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas. Como destacam Almeida e Cunha (2020), o quilombo amazônico não se limita a uma unidade espacial, mas se configura como uma rede de saberes e práticas que conectam ancestralidade, corporeidade e territorialidade.

Essa conexão entre corpo, memória e território assume contornos particulares nas lutas das mulheres indígenas. O processo colonial, que tentou reduzir os povos originários à categoria de "selvagens sem cultura", fracassou em seu projeto de apagamento identitário precisamente porque as mulheres indígenas mantiveram vivas as tradições e os saberes ancestrais (Alessandra Manchinery & Silva, 2019). Como demonstram as lideranças femininas no Acre, essa preservação cultural não representa um gesto conservador, mas sim uma estratégia ativa de resistência que ressignifica tradições em contextos contemporâneos (Pimentel, 2021).

O estudo de Sales (2022) sobre Manaus durante o ciclo da borracha desvela como as mulheres amazônicas desenvolveram formas singulares de agência política. Mesmo aquelas inseridas na elite manauara, frequentemente reduzidas ao papel de "filhas e esposas" nos registros históricos, atuaram como mediadoras culturais e articuladoras de redes sociais que sustentaram a vida urbana. Sua atuação como "tecelãs da cidade" vai além da metáfora: ao gerenciarem fluxos econômicos, redes de sociabilidade e práticas culturais, elas literalmente teceram a trama social da capital amazonense (Sales, 2022).

A autonomia das mulheres amazônicas se manifestava de forma particular no manejo dos territórios e recursos. Enquanto os homens se concentravam na extração de produtos florestais, as mulheres garantiam a soberania alimentar através da agricultura, da coleta e do processamento de alimentos (Shiraishi Neto, 2017). Essa divisão sexual do trabalho, longe de representar uma simples distribuição de tarefas, configurava um sistema complexo de gestão ambiental onde o conhecimento feminino sobre ciclos ecológicos era fundamental para a reprodução social das comunidades (Alencar, 2018).

A mobilidade pelas vias fluviais, realizada predominantemente por mulheres, não apenas demonstrava sua competência técnica, como também simbolizava seu papel central na manutenção das redes de parentesco e troca entre comunidades ribeirinhas (Furtado & Do Carmo, 2023).

#### **4.4.3. GÊNERO, IDENTIDADE E CULTURA**

A Amazônia brasileira, frequentemente retratada por narrativas hegemônicas que a reduzem a um espaço de exploração ou paisagem exótica, é também palco de potentes movimentos sociais liderados por mulheres que articulam gênero, identidade e cultura como eixos de resistência. As mulheres desses movimentos ressignificam territórios, corpos e tradições, desafiando estruturas de opressão racial, patriarcal e colonial. Seus ativismos não só contestam a marginalização histórica das mulheres na região, mas também criam epistemologias próprias, transformando gingados de capoeira, redes de solidariedade e articulações políticas em ferramentas de mudança social.

O estudo de Pereira e Silva (2023) sobre o coletivo de capoeiristas de Macapá demonstra como a capoeira, tradicionalmente dominada por homens, é ressignificada como prática de empoderamento feminino e LGBTQIA+. Ao "gingar no meio do mundo", metáfora que une o corpo em movimento à localização geográfica singular do Amapá, essas mulheres articulam identidades negras e *queer*, desestabilizando noções fixas de gênero e pertencimento. O coletivo opera um feminismo negro amazônico, onde a roda de capoeira se torna espaço político de visibilidade e denúncia, reverberando a luta por equidade nas culturas afrodiáspóricas da região (Pereira & Silva, 2023).

Essa afirmação identitária através da cultura corporal dialoga diretamente com as estratégias das lideranças indígenas do Noroeste Amazônico, que atuam como articuladoras políticas em espaços tradicionalmente masculinos, como a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro). Ao inserirem pautas como empreendedorismo feminino e acesso a financiamentos, essas mulheres desconstruem o negacionismo colonial sobre suas capacidades e reconfiguram os movimentos sociais a partir de suas perspectivas culturais (Silva, 2022).

Seja através do gingado da capoeira ou da governança indígena, ambas as experiências demonstram como gênero, identidade e cultura se entrelaçam de formas plurais na Amazônia, criando gramáticas de resistência que desafiam hierarquias estabelecidas e afirmam o protagonismo feminino na defesa de seus territórios e tradições.

Os estudos apontam que a atuação das mulheres amazônidas em movimentos sociais não pode ser lida à margem das categorias gênero, raça e território. Seja na capoeira, nas redes de solidariedade ou nas organizações indígenas, elas reivindicam o direito de narrar suas próprias histórias, deslocando-se de posições de subalternidade para a centralidade política. Para um mapeamento efetivo dessas mobilizações, urge adotar perspectivas decoloniais e interseccionais, capazes de captar não apenas suas adversidades, mas sobretudo suas estratégias criativas de resistência. A Amazônia, assim, revela-se não como "pulmão do mundo" passivo, mas como corpo vivo de insurgências feministas, onde identidades plurais se constroem na luta por justiça social e reconhecimento cultural.

#### **4.5. CONCLUSÃO**

Ao problematizarmos as formas de resistência feminina, emerge um questionamento fundamental: quem detém o poder de narrar essas histórias? Os dados dessa pesquisa revelam que mais de 90% dos estudos analisados foram produzidos por mulheres pesquisadoras e evidenciam não apenas um ato acadêmico, mas um projeto político de resgate histórico. Essas intelectuais e ativistas constroem novas epistemologias que transcendem a visão reducionista da mulher como vítima passiva, destacando em vez disso seu protagonismo político na formação de organizações comunitárias e movimentos amplos, desafiando diretamente as estruturas patriarcais de poder.

Essa análise também volta o nosso olhar para regiões como a Amazônia, onde a invisibilização histórica das mulheres é ainda mais acentuada. Aqui, elas não apenas enfrentam adversidades estruturais, mas reescrevem a história: preservando ancestralidades, liderando resistências e subvertendo a lógica colonial que insiste em confiná-las à margem dos discursos hegemônicos, especialmente mulheres negras, indígenas e pobres.

Mais do que mapear lacunas historiográficas, esse trabalho aponta para a necessidade de um projeto decolonial do conhecimento, onde essas mulheres apareçam não como objetos de estudo, mas como sujeitas políticas plenas, cujas trajetórias e estratégias de luta oferecem chaves essenciais para compreendermos as dinâmicas de poder no Brasil contemporâneo. Seus corpos-territórios, marcados por violências, mas também por insurgências, tornam-se, assim, arquivos vivos de um feminismo

radicalmente enraizado, que exige ser lido em sua complexidade e potência transformadora.

## ESTUDO II

### 5. QUANDO A LUTA MORA EM NÓS: A CONSTRUÇÃO DE RESISTÊNCIAS ATRAVÉS DE MULHERES LÍDERES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO AMAZONAS

#### 5.1. INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, marcada por ciclos econômicos e intervenções estatais, tem sido palco de intensos conflitos socioambientais e territoriais. Nesse contexto, as mulheres emergem como figuras centrais na organização e liderança de movimentos sociais, articulando resistências contra grandes projetos desenvolvimentistas e em defesa de direitos fundamentais. A atuação dessas mulheres está intrinsecamente ligada às transformações históricas da região, especialmente a partir da ditadura civil-militar (1964-1985), quando políticas de ocupação e exploração intensificaram desigualdades e violências (Lucas Fonseca & Maria Gohn, 2018).

A trajetória das mulheres líderes no Amazonas reflete a convergência entre pautas ambientais, indígenas e agrárias. Muitas delas iniciaram sua militância nas Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), influenciadas pela Teologia da Libertação, que as incentivou a combater injustiças sociais (Paula Lacerda, 2013). Um exemplo, é a luta das mulheres ribeirinhas e indígenas contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que ecoou no Amazonas por meio de redes de mobilização, que conectam lutas locais a articulações transnacionais, ampliando a visibilidade de suas demandas (Scherer-Warren, 2008).

No Estado do Amazonas, líderes como Valdenia Cardoso, ativista do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), destacam-se na defesa de comunidades impactadas por projetos hidrelétricos (Vanessa Souza & Marco Chagas, 2021). Sua trajetória ilustra o entrelaçamento entre gênero e classe, além de enfrentar a criminalização comum a militantes; Valdenia desafia estereótipos de gênero em espaços tradicionalmente masculinos. A violência agrária na Amazônia afeta desproporcionalmente mulheres, que se transformam em símbolos de resistência.

A atuação de mulheres indígenas também é fundamental. A líder Sônia Guajajara, embora não seja do Amazonas, inspira lideranças locais ao articular a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), combatendo a invasão de terras e a precarização da saúde indígena. Grandes projetos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) exacerbam ameaças a esses povos, e as mulheres, guardiãs de saberes tradicionais, tornam-se vozes centrais na defesa territorial (Ricardo Verdum, 2012).

Em áreas urbanas, coletivos como o Movimento de Mulheres de Manaus emergem na luta por direitos básicos, como saúde e educação, evidenciando a intersecção entre urbanização precária e gênero; dessa forma a internet potencializa essas mobilizações, permitindo a divulgação de denúncias e a formação de alianças.

As trajetórias dessas mulheres revelam a complexidade da Amazônia contemporânea, onde resistência e identidade se fundem. Suas lutas são respostas a um modelo de desenvolvimento excludente e expressões de alternativas pautadas na justiça socioambiental. Suas histórias não apenas desafiam estruturas de poder, mas reafirmam o papel das mulheres como protagonistas na construção de um projeto alternativo que valorize e defenda seus direitos básicos na região (Lucas Milhomens, 2021).

Mesmo com a virada do século e os avanços em pautas ligadas às mulheres, Sueli Carneiro (2003) questiona quais mulheres faziam parte dos movimentos que buscavam a emancipação. Apesar do Brasil não acompanhar de forma simultânea a disseminação das ondas do feminismo que era discutida na Europa, as pautas envolviam e se debruçaram no arquétipo da mulher branca eurocêntrica, o que desconsiderava a pluralidade de mulheres no restante país.

Dessa forma, o presente estudo busca compreender como mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas constroem sua representatividade a partir de suas trajetórias de lutas. Para tanto, investiga a trajetória de vida das líderes e as motivações que levaram a se vincularem aos movimentos sociais no Amazonas e analisa, a partir das perspectivas feministas, as práticas de resistência adotadas por mulheres líderes de movimentos sociais, evidenciando suas contribuições nas respectivas lutas. O estudo conta com a participação de cinco (5) líderes marcadas pela diversidade em suas trajetórias, pautas e corpos, mas que se cruzam ao vivenciar violências e na luta por direitos.

Nessa região, marcada por conflitos territoriais, diversidade étnica e opressões estruturais, mulheres indígenas, ribeirinhas e urbanas constroem lutas que desafiam paradigmas coloniais e patriarcais, articulando estratégias de resistência dessas

lideranças, destacando a conexão com a terra e a criação de novas epistemologias (Glória Anzaldúa, 2005). Assim, a história das mulheres tem como objetivo não apenas a visibilidade a assuntos historicamente ignorados, mas também questionar os próprios métodos e narrativas que estruturam o campo historiográfico, dando ênfase em como a pluralidade das experiências femininas abre novas perspectivas sobre como as relações de poder e de gênero moldam a história (Margareth Rago, 1995).

Portanto, não basta falar de gênero de maneira genérica, sem reconhecer a centralidade da ancestralidade negra e indígena e a importância de uma epistemologia localizada, sensível às questões do racismo e à memória viva presente nas comunidades ribeirinhas, quilombolas e urbanas (Maria Almeida *et al.*, 2020).

Em sua obra “Pode o subalterno falar?” Gayatri Spivak (2010) refere-se a subalterno como: “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados da representação política e legal” (p. 33), ou seja, como as camadas mais pobres da sociedade são definidas pela exclusão de três áreas fundamentais: economia, política e justiça. Essa exclusão limita a capacidade de ascender socialmente e se integrar aos grupos que detêm poder e privilégios.

Assim, essa exclusão também se perpetua no nível acadêmico. A autora destaca o cuidado necessário ao dialogarmos com populações historicamente subalternizadas. Portanto, apesar da localidade de minha escrita enquanto mulher, amazônida, pobre e mestiça, reconheço o local de privilégio acadêmico a qual estou inserida e busco contribuir com as participantes, conforme ressalta Gayatri Spivak (2010), que não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar contra a subalternidade, estabelecendo espaços onde o subalterno possa se manifestar e, conseqüentemente, ser ouvido.

## 5.2. MÉTODO

A pesquisa foi conduzida a partir das perspectivas do feminismo decolonial<sup>2</sup> e interseccional, abordagens teóricas que questionaram as estruturas de poder eurocêntricas e promoveram a compreensão das múltiplas formas de opressão enfrentadas por mulheres, especialmente aquelas em contextos periféricos e historicamente marginalizados. O estudo buscou compreender como mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas constroem sua representatividade a partir de suas trajetórias de luta,

---

<sup>2</sup> Optou-se pelo uso do termo decolonial, pois é o termo usualmente utilizado pelas autoras, visto que nasce na América Latina, denuncia o eurocentrismo e propõe epistemologias plurais e localizadas.

adotando uma perspectiva qualitativa que privilegiou as narrativas e experiências subjetivas. Essa abordagem alinhou-se ao feminismo decolonial e à interseccionalidade, revelando as múltiplas camadas de opressão e resistência vivenciadas por essas mulheres.

Como fundamentação metodológica, a pesquisa baseou-se nas orientações da História Oral, que valorizou o registro sistemático, a transcrição e as narrativas. Essa abordagem priorizou a escuta ativa e o resgate de histórias “vivas”, permitindo o acesso às experiências dos sujeitos diretamente envolvidos nos processos históricos e políticos, conforme destacado por José Meihy (2005). A pesquisa de campo, seguindo Mariza Peirano (1995), foi compreendida como uma experiência totalizadora que exigiu imersão no contexto estudado, indo além da simples coleta de dados para abarcar processos complexos de interpretação. Na fase exploratória, seguiram-se etapas estruturadas para garantir o alcance dos objetivos propostos (Marina Marconi & Eva Lakatos, 1999).

A perspectiva decolonial permitiu questionar as narrativas hegemônicas da historiografia, revelando como se constituíram as hierarquias sociais, conforme apontado por Ochy Curiel (2019). Essa perspectiva mostrou-se essencial para analisar a realidade de mulheres latinas marcadas pela colonialidade do gênero, compreendendo suas estratégias de resistência a partir de contextos específicos, como discutido por Maria Lugones (2014). Paralelamente, o feminismo interseccional, termo desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002), auxiliou na análise de como o racismo, patriarcado e opressão de classe se entrelaçaram, gerando desigualdades que estruturaram as relações sociais, aspecto que dialogou diretamente com os objetivos da pesquisa.

A escolha pela História Oral temática justificou-se por seu potencial em recuperar vozes marginalizadas, especialmente de mulheres excluídas da construção da história oficial, conforme destacado por Silvia Salvatici (2005). O método, seguindo José Meihy e Fabiola Holanda (2015), enfocou narrativas orais centradas em temas específicos, valorizando experiências individuais e coletivas para construir uma historiografia plural. Para sua operacionalização, adotaram-se três eixos principais: 1) a “Comunidade de Destino”, que abrangeu mulheres amazônidas como grupo amplo afetado por questões interseccionais; 2) a “Colônia”, com recorte específico em mulheres líderes de movimentos sociais; e 3) a “Rede”, formada por participantes indicadas por suas trajetórias de resistência, fortalecendo assim o grupo de estudo.

Essa estrutura metodológica me permitiu captar as nuances das experiências das participantes, mas também situá-las dentro de um contexto mais amplo de lutas sociais e

resistências coletivas, buscando contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e representatividade na região amazônica.

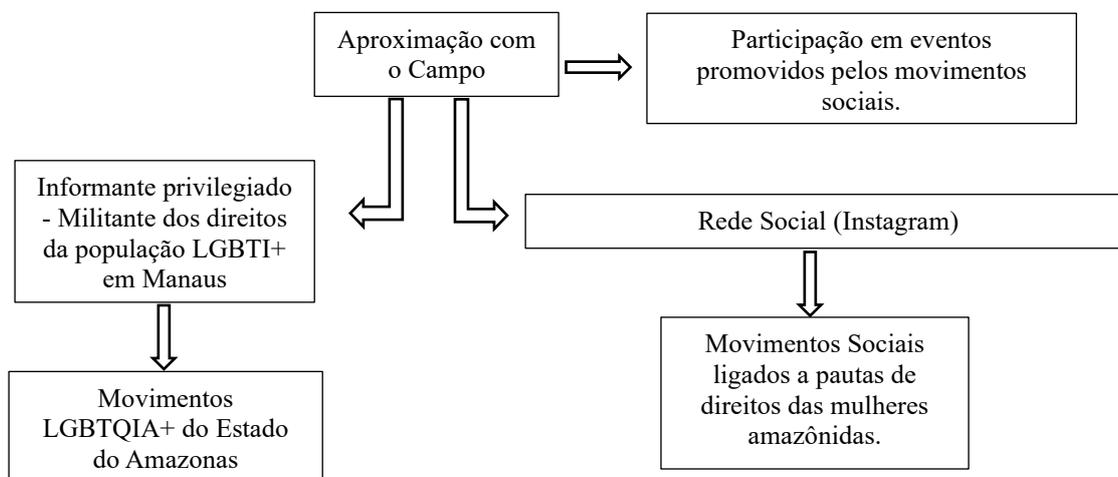
Neste processo de aproximação com o campo, conforme indicado na Figura 2, destaco os desafios enfrentados para estabelecer contato. Tanto na cidade de Manaus quanto no estado do Amazonas, não há um local ou instituição que centralize registros sobre esses movimentos, seja em relação ao quantitativo de participantes, às vertentes ideológicas ou às áreas de atuação. Essa ausência de referência me deixou em desvantagem, pois não havia um interlocutor para me apresentar diretamente a essas mulheres. Embora eu tivesse um contato prévio com alguns movimentos e participações secundárias, mas sem vínculo formal a nenhum grupo, isso me mantinha à margem de ações e reuniões.

Foi participando quase que sorrateiramente de alguns eventos que consegui me aproximar de certos rostos, rostos esses que compõem a Manaus que luta incessantemente por mudança. Um marco para essa aproximação, foi o convite para ministrar uma palestra sobre letramento LGBTQIA+, ocasião em que conheci o informante privilegiado desta pesquisa. Esse contato me abriu portas para dialogar com algumas lideranças.

Em paralelo, mantive uma busca contínua nas redes sociais e procurando eventos estratégicos onde essas lideranças estariam. Entre muitos “nãos”, também recebi vários “sim, adoraria!” e cada uma dessas respostas foi essencial para a construção desta pesquisa.

**Figura 2**

*Percurso de aproximação com o campo*



**Figura 3**

*Breve mapeamento de alguns movimentos sociais liderados por mulheres no Amazonas.*

<b>Nome do Coletivo</b>	<b>Rede Social</b>	<b>Coordenadora Atual (2025)</b>
Humaniza Coletivo Feminista	@humanizacoletivo	Marília Freire
As Amazonas	@asamazonas	Vitória Gomes
Rede Girassol Maria da Penha do Amazonas	@redegirassolmariapenhaam	Francianny Maia
Coletivo Empregay	@coletivoempregay	Thalyne Adrielle
Instituto as Manas	@institutoasmanas	Amanda Pinheiro
Casa Miga – Acolhimento LGBTQIA+	@casamigalgbt	Karen Arruda
Associação de Travestis, Transsexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM)	@assotram	Joyce Alves
União Brasileira Mulheres – Amazonas	@ubm.amazonas	Vanja Andrea
Fórum Permanente das Mulheres de Manaus	@fpmde Manaus_oficial	Marília Freire
Coletivo Miriã Mahsã (Coletivo De Indígenas Lgbtqia+ Do Amazonas)	@miriamahsa	Taís Desana

**5.2.1. Cuidados éticos**

Após a leitura e sistematização da revisão bibliográfica, encaminhei o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para análise, em conformidade com as Resoluções 466/2012 (Brasil, 2013) e 510/2016 (Brasil, 2016) do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O projeto foi avaliado pelo Sistema CEP/CONEP, conforme o Art. 25, que estabelece: “A avaliação deverá ser feita pelo Sistema CEP/CONEP, que incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa”. O parecer foi aprovado sob o número 85369824.9.0000.5020.

A pesquisa foi conduzida seguindo as diretrizes das Resoluções 466/2012 e 510/2016, que regulamentam pesquisas com seres humanos. Essas resoluções destacam “a importância de se construir um marco normativo claro, preciso e plenamente

compreensível por todos os envolvidos nas atividades de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais” (Brasil, 2016, p. 19). Por isso, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentei todos os dados pertinentes à metodologia e à finalidade da pesquisa, além de fornecer uma explicação oral detalhada a cada participante. Foram esclarecidos minuciosamente os riscos, benefícios e a confidencialidade dos relatos, conforme o Art. 3º, Parágrafo VII, que garante “a confidencialidade das informações, a privacidade dos participantes e a proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz”.

Também foi informado sobre o apoio psicológico disponível, oferecido pela psicóloga Jovana Nogueira Bruno, caso as participantes manifestassem necessidade. Os nomes das participantes foram preservados em razão de questões éticas e tópicos sensíveis abordados no decorrer das entrevistas e análises. Desse modo, seus nomes foram representados por figuras e natureza da Amazônia. Todos os nomes são em tupi-guarani, família linguística e cultural, que engloba diversas línguas e povos indígenas da América do Sul, com destaque para os povos Tupi e Guarani.

### **5.2.2. Procedimentos de análise**

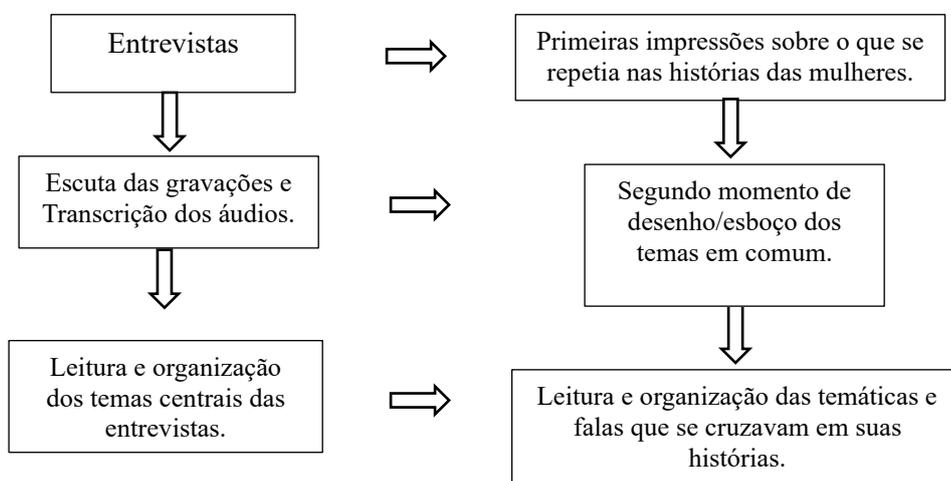
A pesquisa teve início com a seleção das entrevistadas, em que foram identificadas mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas, considerando variáveis como idade, raça, etnia e tipo de ativismo, garantindo assim a diversidade e representatividade das narrativas. Para a coleta dos depoimentos, foi elaborado um roteiro semiestruturado que abordou aspectos relacionados à construção da representatividade, às lutas sociais e às experiências pessoais e coletivas das participantes.

As entrevistas foram conduzidas em um ambiente seguro e acolhedor, de modo a assegurar que as mulheres se sentissem confortáveis para compartilhar suas histórias. Seguindo as recomendações metodológicas de Meihy (2005), utilizou-se equipamentos de gravação, como fones e microfones integrados, para garantir a qualidade técnica e a naturalidade dos relatos. Durante o registro, priorizou-se a espontaneidade e a profundidade das narrativas, partindo da premissa de que a história oral é “a história do tempo presente” (Holanda e Meihy, 2015). A interpretação dos depoimentos concentrou-se na forma como as entrevistadas estruturaram suas identidades e representatividades a partir de suas trajetórias e lutas, estabelecendo um diálogo tanto com as orientações metodológicas da história oral quanto com os pressupostos teóricos críticos bases da pesquisa.

Após a coleta, deu-se início à fase de análise e interpretação dos dados para a construção dos resultados da pesquisa. A análise seguiu os princípios da História Oral Temática, conforme definido por Meihy e Fabiola Holanda (2015), que a compreendem como uma prática de apreensão de narrativas por meio de recursos eletrônicos voltada para a coleta de testemunhos, a análise de processos sociais do presente e a compreensão do contexto imediato. Nesse processo, dialogou-se também com as reflexões de Silvia Salvatici (2005), que destacou a importância de recuperar as experiências plurais de mulheres em diferentes realidades, frequentemente marcadas por violências interseccionais de gênero, raça e classe. O objetivo foi não apenas registrar essas trajetórias, mas também garantir seu reconhecimento no campo científico, ampliando as perspectivas sobre a temática.

A operacionalização da história oral temática ocorreu em três etapas principais: 1) a transcrição e organização das entrevistas após a coleta; 2) a pré análise, com leitura flutuante e identificação de núcleos temáticos nos depoimentos; e 3) a construção dos temas de análise, que cruzou as falas das entrevistadas com a literatura especializada, em um processo dialético que priorizou a responsabilidade ética no tratamento dos relatos, conforme sugerido por Elisa Brisola e Nilsen Marcondes (2011). O roteiro de entrevista, previamente elaborado, serviu como guia para as conversas, mantendo o foco nos objetivos da pesquisa sem perder a flexibilidade necessária para acolher narrativas não previstas. As categorias finais emergiram tanto dos dados empíricos quanto do referencial teórico, destacando pontos de convergência e tensões presentes nos discursos das próprias mulheres entrevistadas.

**Figura 4**  
*Percurso de Sistematização e Interpretação dos dados*



### **5.3. A PSICOLOGIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO AMAZONAS: Reflexões Epistemológicas para Contextualizar o Campo**

A psicologia feminista crítica, na perspectiva construcionista social defendida por Conceição Nogueira (2017), representa uma ruptura epistemológica com as visões tradicionais sobre gênero, propondo uma análise que entende as diferenças entre homens e mulheres não como fatos naturais, mas como construções sociais perpetuadas por discursos e relações de poder. Como destaca a autora, essa abordagem "permite uma dissociação fundamental" do determinismo biológico, abrindo espaço para questionar as estruturas que naturalizam a desigualdade.

Conceição Nogueira (2017) critica as perspectivas essencialistas, que concebem o gênero como um atributo interno e estável dos indivíduos; citando teóricas como Michele Crawford (1995) e Hare-Rachel Mustin e Judith Marecek (1990), argumenta que essa visão desconsidera o caráter dinâmico e contextual das identidades de gênero, reduzindo complexas relações sociais a dualismos rígidos (masculino/feminino). Em contraste, o construcionismo social, influenciado por autores como Gergen (1982, 1994) compreende o gênero como um sistema de significados que se forma nas interações cotidianas, moldando não apenas comportamentos individuais, mas também as próprias instituições sociais (Conceição Nogueira, 2017).

Essa concepção tem implicações para os movimentos sociais, particularmente para o feminismo. Conceição Nogueira (2017) ressalta que, ao deslocar o foco do indivíduo para as estruturas discursivas, a psicologia feminista crítica evita a armadilha de responsabilizar as mulheres por sua própria opressão. Em vez disso, seguindo Howard e Hollander (1997), ela enfatiza o caráter performativo do gênero: "fazer gênero" é um processo contínuo de negociação social, onde os contextos generificados produzem e reproduzem hierarquias (Conceição Nogueira, 2017). Portanto, se o gênero não é fixo, mas uma prática que pode ser subvertida, os ativismos *queer* e LGBTQIA+, podem encontrar na psicologia feminista crítica um suporte para contestar normas binárias.

Dessa forma, vale destacar o papel da psicologia como prática transformadora, que pode atuar mutuamente aos movimentos sociais: enquanto a psicologia deve fornecer as bases para desconstruir normas opressivas, os movimentos sociais colocam essa teoria

em prática e desafiam as próprias estruturas de intervenções, fazendo uso psicologia como instrumento de libertação.

Apesar de as mulheres serem as principais protagonistas de movimentos populares como as lutas por creches, saúde, ou contra a violência, sua atuação frequentemente é apagada por análises que privilegiam o masculino (Maria Gohn, 2007). No Brasil, as mulheres atuam em uma diversidade de movimentos e são muito diversas em nas regiões em que estão inseridas, com lutas relacionadas as suas trajetórias e contextos sociais.

A região Amazônica tem como um dos fortes influenciadores o movimento pastoral da Igreja Católica. Mulheres como Antônia Melo, líder do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira, tornaram-se protagonistas na luta contra a violência doméstica e na promoção de políticas públicas para crianças e adolescentes. Essas lideranças femininas, muitas vezes formadas no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), conseguiram transpor as barreiras do espaço privado para o público, utilizando estratégias como passeatas, cartas e caravanas a Brasília para pressionar o Estado. Sua atuação transformou realidades locais e evidenciou o papel central das mulheres na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Paula Lacerda, 2013).

No Amazonas, lideranças indígenas como Vanda Witoto e de várias outras mulheres ribeirinhas, indígenas e interioranas que lutam por seus direitos são retratadas como "comunitárias", não como agentes políticas, invisibilizando o papel social dessas mulheres frente a representatividade que elas poderiam ter. A psicologia feminista crítica, ao questionar essencialismos, revela como essa invisibilidade é sustentada por discursos que naturalizam o lugar da mulher como cuidadora, não como alguém que toma decisões ou está liderando os interesses políticos da sua comunidade.

Maria Gohn (2007), foca na atuação política das mulheres nos movimentos sociais, oferecendo um marco analítico para compreender seu protagonismo na Amazônia. Seus estudos revelam como o feminismo latino-americano tem se construído a partir de hibridismos políticos, onde pautas de gênero se entrelaçam com lutas por território, raça e classe (Sônia Alvarez, 2014). Cecília Sardenberg (2015) reforça que a participação de mulheres em movimentos populares não se limita a uma presença silenciosa, mas envolve estratégias próprias de resistência, muitas vezes ancoradas em saberes ancestrais e redes comunitárias.

No contexto amazônico, Souza-Lobo (1991) lembra que a luta das mulheres pela sobrevivência, seja contra a violência, o desmatamento ou a falta de infraestrutura, é também uma luta epistemológica, que desafia narrativas hegemônicas sobre a região.

Essas perspectivas evidenciam que a invisibilidade da liderança feminina não é um acidente, mas um reflexo de estruturas de poder que precisam ser desnaturalizadas.

Sob essa ótica, Iraildes Torres (2002) destaca que na Amazônia, a heterogeneidade sociocultural é uma das características mais marcantes da região. Devido à presença de várias comunidades indígenas e populações tradicionais, cada uma com suas próprias culturas e modos de vida únicos, a sociedade amazônica é marcada por sua mestiçagem.

Os movimentos sociais na Amazônia têm suas raízes ligadas à atuação da Igreja Católica, especialmente por meio da Teologia da Libertação, que incentivou a organização das comunidades locais em prol de seus direitos. A região da Transamazônica, por exemplo, tornou-se um palco de mobilizações onde as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) desempenharam um papel crucial ao inspirar os moradores a reivindicar melhorias perante o Estado. Esses movimentos, inicialmente focados em questões como terra e infraestrutura, evoluíram para abranger demandas mais amplas, como saúde, educação e direitos das mulheres, demonstrando a capacidade de adaptação e resistência das populações locais frente às adversidades (Paula Lacerda, 2013).

A relação entre os movimentos sociais e o Estado na Amazônia é marcada por tensões e contradições. Já que o Estado foi historicamente visto como um agente repressor durante os governos militares e nas décadas seguintes, passou a financiar e institucionalizar parte desses movimentos, gerando debates sobre autonomia e controle (Paula Lacerda, 2013). Apesar das mudanças no cenário político, os movimentos sociais na Amazônia continuam a desempenhar um papel vital na defesa dos direitos das populações e principalmente das mulheres, para onde muitas vezes há a terceirização de um cuidado governamental com ações e políticas públicas voltadas as diversas demandas singulares da região norte, como um todo. Nesse sentido, para Fonsêca (2018):

Há hoje na Amazônia uma rede de movimentos sociais composta por atores locais, regionais, nacionais e internacionais, organizados por diretrizes, princípios e bandeiras que são similares, mas não necessariamente iguais, responsáveis pela visibilidade e organicidade de várias lutas e processos coletivos na Amazônia contemporânea (p. 17).

Nesse contexto, é possível perceber que os grupos que lutam por causas na Amazônia desenvolvem formas particulares de demandar seus direitos. Essas atrizes estão vinculadas a diferentes esferas, como Organizações Não Governamentais (ONGs),

coletivos da sociedade civil, entidades políticas, universidades e outros, unindo-se em torno de objetivos e ideais compartilhados, como também demonstraremos a seguir com a fala de mulheres que estão na linha de frente desses processos e ações na região amazônica, mais especificamente, no Estado do Amazonas. Considerando essa contextualização, a Tabela 2 apresenta as mulheres entrevistadas nessa pesquisa, que são as protagonistas nesse movimento de campo, destacando seus nomes, os movimentos que elas participam e uma breve descrição das suas trajetórias.

**Tabela 2**

*Descrição das participantes e Categorização dos Movimentos*

<b>Nome</b>	<b>Categorização do Movimento</b>	<b>Descrição das Participantes</b>
Iara	Luta por direitos da população LGBTQIA+, com foco na comunidade Trans, Travesti e Transgênero.	Nasceu em Fonte Boa, no interior do Amazonas, e migrou para Manaus. Mulher trans, preta e interiorana, vivenciou marcadores sociais que a empurraram para a militância, mesmo sem buscá-la inicialmente. A universidade foi um espaço de virada, onde iniciou sua trajetória no Serviço Social. Suas vivências de exclusão e invisibilidade como pessoa trans motivaram sua atuação política. Sua história pessoal está ligada à necessidade de transformar as dificuldades que enfrentou em ações coletivas para garantir que outras pessoas não passem pelas mesmas situações.
Jaci	Luta por direitos da população LGBTQIA+, com foco na empregabilidade de mulheres da comunidade.	Reconhece-se como LGBTQIA+ desde os 13 anos. Começou sua trajetória empreendendo, mas enfrentou forte preconceito em Manaus. Ao perceber o apagamento da pauta LGBTQIA+ no campo do empreendedorismo, iniciou sua atuação política quase por necessidade, ao buscar existir com dignidade como empresária LGBTQIA+. Sua história é marcada pela luta pela própria sobrevivência e autonomia. Sua trajetória é de alguém que veio da base, que aprendeu com a

		prática e que se recusa a se afastar das pessoas que vivem a mesma exclusão que ela já viveu.
Cira	Combate à violência obstétrica, defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e promoção da humanização do parto e do nascimento.	Formou-se em Direito e foi introduzida ao feminismo por uma professora durante a graduação. Viveu um momento difícil quando seu irmão cometeu feminicídio, o que a afastou dos movimentos por quase 10 anos. Sua volta à militância se deu quando encontrou um espaço onde sua dor não seria usada contra ela. Mulher negra, mãe e LGBTQIA+, viveu experiências complexas de julgamento social e familiar, mas transformou a dor em força organizativa. Sua trajetória é marcada por aprendizados difíceis, perdas e reconstruções, usando suas vivências para abrir portas e acolher outras mulheres.
Tainá	Luta pelos direitos das mulheres, especialmente mulheres negras, indígenas, trabalhadoras e nortistas.	Nascida em uma família marcada por mulheres fortes e de tradição política popular. Cresceu ouvindo sobre injustiças e vendo o esforço de sua mãe. Foi a primeira da família a ingressar em uma universidade pública. Participou de pastorais e movimentos juvenis desde cedo. A vivência de ser mulher em uma família liderada por mulheres, o impacto da perda do avô e sua trajetória acadêmica formaram sua consciência política. Sua militância é atravessada por afeto, ancestralidade e o desejo de criar um futuro mais justo para seus irmãos e para outras mulheres amazônidas.
Uara	Promoção de políticas públicas para garantir direitos das mulheres e eliminar discriminação e violência contra elas.	Nascida em 1977, em uma família numerosa do interior do Amazonas, Francinete enfrentou violências desde o ventre da mãe. Sobreviveu a tentativas de aborto, abuso e agressões ainda na infância. Sua família tem laços com Chico Mendes, o que ela vê como herança de luta. Desde

		<p>jovem, canalizou suas dores em força para lutar pelos direitos de outras mulheres e crianças. Aos 16 anos, iniciou sua militância, marcada por enfrentamentos, como uma agressão por um vereador logo após o parto. Transformou suas vivências em ação coletiva, criando o movimento social em que atua, formado por mulheres sobreviventes de violência. Sua história é de resistência e dedicação à defesa dos direitos humanos no Amazonas.</p>
--	--	---

Considerando o objetivo geral desse estudo, que busca compreender como mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas constroem sua representatividade a partir de suas trajetórias de lutas, as categorias a seguir emergem destacando que a inserção dessas mulheres nos espaços de resistência não é meramente uma escolha individual, mas uma resposta às opressões estruturais que atravessam suas vivências. Marcadores como gênero, raça, classe e sexualidade não apenas as posicionam socialmente, mas também moldam suas formas de atuação política.

A seguir, serão destacadas as categorias de análise em quatro eixos centrais: (1) Quando a Vida Empurra e a Luta Emerge: A Representação como um Ato de Rebelião, que aborda as trajetórias que levaram essas mulheres à militância; (2) Dor que se Organiza: Vozes Femininas na Travessia da Violência, que explora como a violência estrutura suas lutas; e (3) Nenhuma de Nós sem Todas Nós: Militância e Construção Política, do Feminismo ao Transfeminismo, que discute suas estratégias coletivas de resistência. (4) Nós, das Margens: Desafios e Re(e)xistências na Liderança dos Movimentos Sociais, que aborda os desafios enfrentados pelas mulheres em suas trajetórias. Cada eixo será acompanhado de uma reflexão final que o relaciona aos objetivos da pesquisa.

### **5.3.1. QUANDO A VIDA EMPURRA E A LUTA EMERGE: A REPRESENTAÇÃO COMO UM ATO DE REBELDIA**

Nesse tópico mergulhamos nas trajetórias das mulheres líderes dos movimentos sociais, explorando como o espaço coletivo se torna um meio de resistência. A luta, como

elas expressam, não é apenas uma escolha, mas um chamado inevitável que emerge das experiências vividas e das adversidades enfrentadas.

As mulheres historicamente enfrentam diversas formas de opressões, e têm resistido a estereótipos que as colocam como inferiores perante a sociedade e o Estado (Mary Del Priore, 2004). Não diferentemente, as participantes da pesquisa enfrentam, resistem e existem atravessadas por marcadores sociais, sejam eles de gênero, raça, classe e sexualidade, que moldam suas formas de vivências nos ambientes onde se fazem presentes.

Os relatos evidenciam como esses atravessamentos são também responsáveis por suas inserções nos movimentos sociais, não unicamente por “escolha”, mas por suas intersecções. Para que haja representação desse corpo é preciso que ele esteja à frente, sendo evidenciado para além das violências (Iris Marion Young, 2000).

Iara, uma das participantes do movimento social de mulheres, não chegou até ele por vontade própria: foi levada por circunstâncias além de seu controle, pressionada por seus marcadores sociais, “fui empurrada para esse lugar” (Iara, mulher trans). Natural de Fonte Boa, no interior do Amazonas, mudou-se para Manaus em uma realidade diferente da que conhecia.

Inicialmente, Iara não se engajou em nenhum movimento ou pauta. Foi na universidade onde cursou Serviço Social que começou a se aproximar dos movimentos sociais. O engajamento aconteceu no cotidiano de suas atividades acadêmicas, frequentando vários espaços até ser envolvida com as ações dos movimentos sociais. Sua jornada específica nos grupos dos movimentos LGBTQIA+ iniciou na Associação Orquídea, uma associação de assistência social voltada para esse público.

*Eu cheguei meio que empurrada no movimento. Eu acho que quando você tem alguns marcadores, não há como você escolher – Iara.*

A fala de Iara demonstra que seu engajamento no movimento social não foi uma escolha arbitrária, e sim resultado de marcadores identitários que perpassam por sua trajetória de vida. A ideia de ser “empurrada” para um movimento social remete à crítica de Gayatri Spivak (2010) sobre como sujeitos marginalizados são posicionados por sistemas de poder, muitas vezes sem autonomia para negociar seu lugar. Para a autora, a voz do subalterno é sistematicamente silenciada por mecanismos históricos e discursivos

que determinam quem pode ser ouvido e quem é apenas objeto de representação (Gayatri Spivak, 2010).

Quando a participante diz que não houve escolha, mas sim a imposição de marcadores como gênero, raça e classe, pode referir-se à noção de que identidades são atribuídas e não livremente assumidas. O movimento social, nesse sentido, não é um espaço de entrada voluntária, mas um lugar para onde certos corpos são conduzidos pela violência estrutural.

Além disso, a fala da participante sugere que os marcadores a precedem, mas não necessariamente a definem por completo; há uma ambiguidade entre ser empurrada e, ao mesmo tempo, reconhecer-se no movimento. Isso dialoga com a ideia de que a subalternidade não é um estado passivo, mas um campo de negociação contraditória com o poder (Gayatri Spivak, 2010). Ao destacar a ausência de escolha, a participante expõe a violência epistêmica que torna alguns corpos já "destinados" à resistência, enquanto outros podem ignorá-la.

Outras participantes também relatam de maneira similar como suas trajetórias estavam ligadas aos movimentos sociais, como a participante Cira, que relata que durante a sua primeira graduação em direito, uma professora a introduziu ao feminismo e aos movimentos sociais. De 2005 para 2006, após se formar, ela e a professora coordenaram a primeira Turma de promotoras legais populares. Esse curso ensinava noções de direitos às mulheres líderes comunitárias na Zona Leste. Cira considera que esse foi seu primeiro contato direto com o movimento social. Anos depois, por volta de 2009, ela e outras colegas que foram monitoras na primeira turma realizaram uma nova turma de promotoras legais populares em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social.

O objetivo era que essas mulheres se tornassem referência em suas comunidades em áreas como direito do consumidor, família e criminal. Ela afirma ter militado principalmente no campo da violência doméstica e familiar nesse período, desde a faculdade até 2010.

*Eu não estava na luta, mas a luta estava em mim o tempo todo, né. A gente não consegue se desvencilhar – Cira.*

Patrícia Hill Collins (2000) desenvolve o conceito de matriz de dominação para explicar como sistemas de poder como o racismo, o sexismo e a heteronormatividade se

entrelaçam e posicionam os sujeitos em hierarquias sociais. As falas das participantes referem-se precisamente a essa inscrição corporal da opressão.

Seus corpos carregam marcas históricas que antecedem e transcendem qualquer escolha individual. Patrícia Hill Collins (2000) nos lembra que mulheres negras desenvolvem o que ela denomina “epistemologia da vivência”, justamente porque a opressão é experimentada como realidade corpórea antes de ser teorizada. Nesse sentido, a resistência não emerge necessariamente de uma adesão consciente a movimentos organizados, mas sim de uma condição existencial imposta pela interseccionalidade das opressões vivenciadas por elas.

A autora demonstra que mulheres negras historicamente resistem através de práticas que não são necessariamente codificadas como militância formal, desde a manutenção de redes afetivas até a subversão silenciosa de normas sociais. No caso das participantes, sua sexualidade e racialidade já as colocam em permanente tensão com as estruturas dominantes, tornando suas existências um ato de desobediência epistêmica.

O uso do plural "a gente" na narrativa da participante Cira não é casual: refere-se a um legado das lutas das mulheres que arduamente vem sendo perpetuado no Amazonas. A noção de que não há como "desvencilhar-se" da luta evidencia que essa resistência é transmitida entre gerações de mulheres, independentemente de sua filiação institucional aos movimentos sociais organizados. Essa perspectiva permite compreender a agência feminista como uma forma de sobrevivência criativa, um repertório tático que inclui a reinvenção constante de suas identidades.

*Me vi obrigada a me filiar em um movimento social de nível nacional... Só para eu ter o meu passe livre para participar de movimentos sociais [...] eu comecei a sentir as dificuldades de ser uma pessoa LGBT, sendo um empreendedor. Aí que foram, quando apareceram os preconceitos vividamente. Eu só queria trabalhar, literalmente... Então é que eu percebi que estava tudo enterrado e que ninguém estava falando sobre isso – Jaci.*

A participante Jaci, que se identifica como LGBT desde os 13 anos de idade, teve sua participação nos movimentos sociais iniciada após 2020, durante a pandemia. Ela começou a empreender, especificamente para o público LGBTQIA+, com uma loja de artigos e acessórios. Contudo, percebeu que o preconceito na região era muito maior do que esperava. Para entender a situação e as leis sobre o movimento LGBTQIA+ em

Manaus, começou a participar de reuniões, descobrindo que era necessário estar filiada a algum movimento social para ter acesso a elas, mesmo que a discussão fosse sobre seus próprios direitos. Isso a levou a se sentir obrigada a se filiar a um movimento social de nível nacional, a ABL (Articulação Brasileira de Lésbicas) (para defensoras lésbicas), apenas para ter um "passe livre" e participar de outras reuniões. Essa filiação durou cerca de três anos e a abriu portas. Percebendo o atraso de Manaus em relação às leis LGBTQIA+, ela então decidiu se fazer mais presente no movimento social, no segmento da empregabilidade.

A necessidade de vincular-se a um movimento social para obter um “passe livre” demonstra como indivíduos LGBTQIA+ são obrigados a recorrer a redes coletivas para suprir falhas deixadas pelo Estado. Sob a ótica de Helena Hirata (2002), gênero, raça e classe se entrelaçam na organização do trabalho, criando hierarquias que excluem certos grupos. Para a participante, sendo uma mulher LGBTQIA+, ela enfrenta preconceitos que revelam a falsa promessa de que o empreendedorismo é uma solução para a marginalização, sendo usados frequentemente como uma estratégia de eximir o Estado de suas responsabilidades e muitas vezes promovido como um caminho de ascensão social e sucesso individual.

Françoise Vergès (2019) argumenta que o sistema neoliberal desloca a responsabilidade do Estado para os indivíduos, promovendo narrativas que incentivam a autonomia e a ascensão social como algo acessível a todos, quando, na realidade, isso obscurece desigualdades estruturais. Essa lógica reforça a ideia de que aqueles que não “vencem” são culpados por seu próprio fracasso, sem considerar as barreiras sistêmicas que dificultam o acesso a oportunidades reais, sobretudo para pessoas historicamente marginalizadas.

A fala de Jaci expõe a contradição de um sistema que, ao mesmo tempo que incentiva a autonomia, nega condições equitativas para que corpos dissidentes tenham condições de vida dignas. Dessa forma, a invisibilização dessas experiências reforça a naturalização das desigualdades estruturais marcadas na fala da participante.

*Minha trajetória no movimento social começa desde sempre [...] foi meio que: precisava estar ali, né? – Tainá.*

Tainá menciona que sua trajetória no movimento social começou "desde sempre". Ela foi da Pastoral da Juventude (PJ) e esteve envolvida com o movimento feminista. A

identificação com o movimento feminista surgiu quando ela começou a entender as experiências e desafios de sua mãe como mulher. Seu aniversário é em 8 de março, e ela sempre odiou a data porque é um dia dividido com todas as mulheres, fazendo-a compreender cedo que a vida não é solitária e exclusiva, mas coletiva; ela compreendeu que cada lugar que pisasse carregaria o peso ancestral de quem chegou depois. Sua família é composta majoritariamente por mulheres, que ela descreve como "potentes e fortes".

Seu avô, que era petroleiro e socialista, foi quem despertou seu interesse político. Ela o perdeu em 2019 e isso a impactou profundamente, levando ao desenvolvimento de depressão. Outras referências femininas importantes em sua vida incluem suas tias, madrinha, irmã e em especial uma tia que era do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e a incentivava a questionar. Suas referências são mulheres que, apesar de suas dores, seguem em frente.

A narrativa de Tainá sobre sua trajetória nos movimentos sociais revela um percurso marcado pela consciência política desde a infância, construída a partir de suas relações familiares e comunitárias. Quando mencionado que sempre odiou ter seu aniversário no 8 de março por ter que "dividir a data com todas as mulheres", ela revela uma compreensão precoce e dolorida da dimensão coletiva da existência feminina. Essa percepção atravessa o pensamento de bell hooks (2013), para quem o feminismo não é sobre individualismo, mas sobre construção comunitária. Para a autora, a verdadeira mudança política só ocorre quando reconhecemos que nossas lutas pessoais estão entrelaçadas com as de outras mulheres, especialmente as negras, pobres e periféricas.

As referências de Tainá à sua família, composta majoritariamente por mulheres, que segundo ela mostram como sua formação política se deu nos espaços do cotidiano, longe dos círculos acadêmicos tradicionais, mas sim em que o aprendizado político que acontece através dos afetos e das relações concretas (bell hooks, 2013). Apesar de valorizar essas referências, a participante não romantiza suas dores, mas sim a transforma em ferramenta de luta.

*Desde pequena eu sempre tive esse desejo de lutar. Na escola que vivia, eu entrava nas frente, nos dias de feira de ciência, com os temas sempre muito bem forte, dramático para a minha idade [...] E aí toda vez que tem o 18 de maio, isso reflete muito da minha infância. Eu me lembro muito porque eu sofria a violência doméstica e familiar desde ali” – Uara.*

Uara relata que sua trajetória nos movimentos sociais iniciou mesmo antes de conhecer o seu conceito político. Na escola, espaço que deveria ser de acolhimento, ela denunciava as violências que muitas meninas como ela sofriam em silêncio. A data de 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual de Crianças, não é apenas um marco no calendário, mas um espelho de sua infância. Enquanto a sociedade fechava os olhos, ela aprendia, ainda pequena, que sua sobrevivência dependia de gritar mais alto.

Sua trajetória questiona a noção romantizada de que a militância é apenas uma opção ideológica. Para mulheres como ela, a luta é uma questão de (re)existência. Quando o Estado falha, quando a família é violenta, quando a sociedade vira as costas, só resta organizar-se. Uara não lutou porque quis, mas sim porque precisou. E nesse processo, ajuda outras mulheres que, como ela, carregam o peso dos mesmos marcadores.

Na liderança do movimento social que atua, o combate à violência contra mulher é o seu principal segmento. Já adulta, iniciou seu percurso de militância na juventude.

*Eu entendi que os jovens precisam ter vez e ter voz também nos espaços de poder [...] comecei a brigar pela nossa categoria, dentro dos ônibus, para ter carteirinhas, para ter vaga em cinemas [...] quando vim para o Iranduba, vi que tinha muito caso de violência de mulheres aqui no município. Muito cárcere privado, muitas mulheres sendo mortas, e tínhamos que fazer algo para tentar mudar isso – Uara.*

Dessa forma, carrega em seu corpo, as vivências de mulher, negra, mãe e militante que precisou se posicionar frente as múltiplas opressões que vivencia. A fala de Uara revela uma epistemologia da luta (Carneiro, 2019), onde a experiência da violência e da exclusão se transforma em ferramenta política. Segundo Carneiro (2019), a luta das mulheres negras e periféricas surge como resposta às violências estruturais que as perpassam cotidianamente.

A militância de Uara começa nas demandas imediatas da juventude periférica e se expande para o enfrentamento da violência, mostrando que a luta por direitos básicos e a defesa da vida das mulheres são faces da mesma moeda.

Assim, as narrativas aqui apresentadas mostram que a militância muitas vezes surge como uma resposta a violências estruturais, não como uma decisão voluntária. Da mesma forma, Cira e Uara destacam que a luta já estava nelas antes mesmo de se reconhecerem como militantes. Isso reforça o objetivo de compreender como suas

trajetórias pessoais se entrelaçam com a militância, demonstrando que a representatividade é, antes de tudo, um ato de sobrevivência.

### **5.3.2. DOR QUE SE ORGANIZA: VOZES FEMININAS NA TRAVESSIA DA VIOLÊNCIA.**

*Apesar das falas serem cheias de orgulho do trabalho, não posso deixar de notar as lágrimas que caem ao relatarem certas situações. Não há uma posição hierárquica de salvadoras, mas o orgulho de uma construção coletiva - Diário de campo pessoal.*

*Assim, eu desde do ventre da minha mãe, eu venho vivendo a questão da violência física, doméstica, psicológica, porque eu sou fruto de um possível aborto. Fui uma filha indesejada pelo pai, não pela minha mãe. De lá para cá eu sobrevivi, né? E hoje com esses 47 anos a minha trajetória foi só de lutas [...] para mim ingressar nessa trajetória, foi preciso eu sofrer a violência” – Uara.*

Uara relata que sua trajetória de vida tem sido de lutas por várias categorias e segmentos. Ela nasceu em 1977 e menciona que desde o ventre de sua mãe, viveu a violência. Aos 3 anos, sofreu perseguição e tentativa de estupro pelo pai biológico, falecido, que causou muito mal a ela e à quatro de suas irmãs, que também sofreram essa violação. Ela é a 20ª dos 21 filhos de sua mãe, que era parteira. Sua família tem uma forte ligação com a luta, com sua avó sendo tia legítima de Chico Mendes e sua mãe prima legítima dele, o que segundo ela, lhes confere:

*[...] na veia no sangue esse desejo de luta, de brigar pelos direitos humanos, questões sociais, ambientais, da criança, do adolescente, do idoso, do PCD – Uara.*

Uara percebeu sua força ao sobreviver no ventre da mãe e às agressões do pai, entendendo que poderia chegar mais longe, ajudando a salvar outras vidas, de crianças e mulheres. Desde pequena teve o desejo de lutar. O dia 18 de maio reflete sua infância, pois sofreu violência doméstica e familiar desde cedo, numa época em que não se falava em Lei Maria da Penha nem ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), então precisava

suportar tudo em silêncio. Após ser vítima de violência doméstica, ela se juntou aos movimentos sociais, reconhecendo a necessidade de apoio e leis de proteção.

A narrativa de Uara não apenas revela a interseccionalidade das opressões, mas também destaca o papel do protagonismo feminino na transformação social. Desde a infância sofreu violência sexual e doméstica. Essa realidade evidencia como marcadores de gênero, classe e geração se cruzam e podem aprofundar as vulnerabilidades (Kimberlé Creshaw, 2002).

Sua trajetória ressalta a importância de iniciativas que ampliem vozes como a dela, rompendo com o silenciamento imposto pelas estruturas patriarcais, visto que a representatividade autêntica vai além da ocupação de espaços: trata-se de validar experiências diversas e combater generalizações (Leitão *et al.*, 2024).

Nesse sentido, a história de Uara, marcada por resistência desde a infância até seu engajamento em movimentos sociais, exemplifica como narrativas pessoais podem desafiar estereótipos e inspirar mudanças coletivas. Sua ligação com a luta de Chico Mendes, mencionada em seu relato, também reforça a importância da transmissão intergeracional de saberes e da identidade coletiva, buscando valorizar e integrar mulheres da comunidade e da universidade.

*[...] sofreu violência sexual sistemática e diária dos 11 aos 17 anos por uma pessoa da minha família – Cira.*

A fala de Cira revela um ciclo prolongado de violência que atravessou diferentes fases da vida, desde a infância até a vida adulta. A violência sexual sofrida entre os 11 e 17 anos, praticada por um familiar, mostra como a violência de gênero muitas vezes é intrínseca às estruturas domésticas. O fato de ter sido sistemática e diária aponta para a naturalização da violência em seu cotidiano e o ingresso nos movimentos sociais, por muitas mulheres com esta história, representa uma forma de desnaturalizar um fenômeno que ocorre com frequência na região amazônica, desde o período da colonização (Fabiana Chaves e Maria Assis César, 2019).

*Todo o relacionamento foi abusivo, eu não tinha autoestima nenhuma e vivia embaixo da sola do sapato dele. Depois da separação eu fui chamada num concurso pra ir pra Uarini, meu filho ficou com o pai até eu ter casa em Uarini pra ele ir pra lá. Quando eu vi buscá-lo o pai me disse que ele não ia, e ameaçou*

*colocar 20 balas iguais a que ele colocou na minha mão na ocasião se eu tentasse levar meu filho comigo. Precisei de medidas protetivas de urgência da lei Maria da Penha e foram anos de tormento – Cira.*

A trajetória de Cira nos movimentos sociais não é apenas uma reação à violência que sofreu, mas uma resposta organizada às estruturas que permitem que essas violências se repitam. Sua atuação política surge da necessidade de criar redes de proteção que o Estado muitas vezes não consegue ou demora a oferecer, transformando seu contato com a violência em um processo de luta coletiva.

*Eu sofri ameaças mesmo por ser LGBT, como: ‘Ah, vou tacar fogo nessa tua tenda’ ameaças assim mesmo, sabe?’ – Jaci.*

A experiência de Jaci demonstra como a LGBTfobia se manifesta em ameaças que buscam não apenas intimidar, mas apagar sua existência pública. Sua presença como mulher LGBTQIA+ no mercado informal é, em si, um ato político, pois desafia a norma que reserva espaços de trabalho majoritariamente para corpos heterossexuais. Quando Jaci segue empreendendo apesar das ameaças, ela transforma seu negócio em resistência, se recusando a ser expulsa de onde tem direito de estar e pertencer. Como aponta Diniz (2009), a LGBTfobia não se resume a ataques pontuais, mas a um projeto de apagamento sistemático de corpos que desafiam normas cis heteronormativas. A persistência de pessoas LGBTQIA+ em espaços públicos, como no mercado informal, configura-se como uma forma de desobediência corporal (Débora Diniz, 2016), resistindo à lógica necropolítica que busca confiná-las à invisibilidade.

*Como algo mais subjetivo mesmo, eu coloco o assédio. E aí o assédio em suas várias vertentes. Assédio moral, assédio sexual, psicológico, de todas as maneiras. Isso em todos os espaços. Você passa, isso enquanto identidade feminina, você é assediado de várias formas – Iara.*

Iara, ao nomear as violências, não apenas as torna visíveis, mas desafia a ordem social que as normaliza, seja no trabalho, na rua ou mesmo em espaços progressistas (Jaqueline de Jesus, 2021). Sua fala sobre o assédio evidencia como a violência de gênero se intensifica para corpos LGBT+, assumindo formas múltiplas: do assédio sexual ao

moral. Sua fala denuncia a opressão, que não se limita a ambientes específicos, mas persegue pessoas LGBTQ+ em ruas, trabalhos e até em movimentos sociais.

Neste sentido a violência que as reprimiu virou bandeira de luta e não paralisou essas mulheres, mas as levou a criar redes de proteção e a lutar pelos próprios direitos e pelo direito de outras mulheres: Uara fundou o movimento de combate à violência contra mulher, Cira atuou contra a violência obstétrica, Jaci lutou pelo empreendedorismo LGBTQ+, Iara um movimento social pelo direito de pessoas Trans e Travestis, Tainá embora não tenha sido destacada nessa categoria, luta pelo direito das mulheres, tratando de assuntos relacionados as mulheres, como o tema da pobreza menstrual.

Suas práticas evidenciam o feminismo interseccional mostrando que a resistência é tanto sobre denúncia quanto sobre construção de alternativas. Isso se alinha ao objetivo de analisar suas contribuições, destacando como transformam dor em ação coletiva.

### **5.3.3. NENHUMA DE NÓS SEM TODAS NÓS: MILITÂNCIA E CONSTRUÇÃO POLÍTICA, DO FEMINISMO AO TRANSFEMINISMO.**

*Quando me atrevo a ser poderosa, a usar minha força ao serviço da minha visão, o medo que sinto se torna cada vez menos importante – Audre Lorde.*

Em um mundo onde certos corpos são lidos como ameaças antes mesmo de ocuparem qualquer lugar, a simples existência em espaços hegemônicos torna-se um ato político. Para mulheres racializadas e LGBTQIAP+, cada passo dado em ambientes dominantes carrega consigo séculos de histórias silenciadas e fronteiras invisíveis. Não se trata apenas de estar, mas de resistir, pois o mero fato existir já desafia as estruturas que insistem em negar-lhes o direito de pertencer, como descrito por Tainá:

*E aí entrei nesse rumo, sabe? De lutar por uma educação. Lembra 2018 quando as nossas bolsas ficaram bloqueadas e tudo mais? E foi aquela loucura. Então, nessa linha que eu entrei de organizar a nossa revolta. Porque não adianta a gente só gritar. A gente tem que saber pra onde gritar e como gritar. Nessa linha que eu entrei. Tem muito tempo – Tainá.*

Sua entrada nos movimentos sociais se intensificou a partir de 2019, por conta da universidade. Ela foi convidada para participar do congresso da UNE (União Nacional

dos Estudantes do Amazonas), onde hoje é vice-presidente (embora a entidade esteja inativa). Nesse ambiente, uma discussão sobre a pedagogia de Paulo Freire a interessou e a levou a lutar por uma educação de qualidade, especialmente após o bloqueio de bolsas em 2018. Ela percebeu que era preciso "organizar a nossa revolta" e saber "pra onde gritar e como gritar".

No final de 2019, Tainá conheceu o PT (Partido dos Trabalhadores) durante o pico do bolsonarismo, defendeu a presidenta Dilma e participou de manifestações. Conheceu pessoas que a levaram a se organizar em um partido político para pressionar e avançar. Ela escolheu o PT porque acredita que foi o partido que tirou as pessoas da pobreza e ela se considera um resultado de políticas públicas petistas. Ela se filiou ao partido, conheceu lideranças históricas e se identificou com sua luta, decidindo se construir e organizar politicamente dentro do PT, com foco nas mulheres do partido. Atualmente, ela ocupa as setoriais de mulheres e juventude no PT.

Do PT, surgiu o convite para vir para o Instituto IAJA (Instituto de Articulação de Juventude da Amazônia) e para o coletivo. Ela percebeu que a política dos movimentos sociais é totalmente diferente da política partidária, sendo outro rumo. Desde 2018 ela concilia a política partidária e a política dos movimentos sociais. Recentemente, passou a dividir a coordenação do Fórum Permanente das Mulheres de Manaus.

Ao olhar para essa trajetória, considerando a história oral enquanto metodologia e campo teórico a partir dos estudos de gênero, se faz importante a releitura de narrativas silenciadas e a desconstrução de arquivos dominantes. Como destaca Silvia Salvatici (2005) em Memórias de gênero, a escuta atenta das vozes marginalizadas revela não apenas experiências individuais, mas estruturas de poder que moldam corpos, sexualidades e trajetórias. Nesse sentido, a análise de Alessandro Portelli (2010) é paradigmática, pois demonstra como memórias "desviantes" contestam versões oficiais da história, expondo conflitos de classe, gênero e raça.

Dessa forma, Tainá transforma essa perspectiva teórica em prática política por meio de sua atuação nos movimentos sociais. A frase "*Nada sobre nós sem nós*" guia sua atuação, reivindicando a ocupação de espaços de decisão por aquelas que tradicionalmente foram excluídas. Sua liderança não se reduz a uma posição institucional, mas é vivida como um ato de cuidado coletivo, abrindo caminho para que outras possam seguir com menos obstáculos. O Coletivo Para Todos é descrito como um espaço onde a política se reinventa como prática afetiva e libertadora, longe da frieza burocrática que costuma afastar as mulheres, especialmente as mais jovens. Apesar de não ser sempre

assim, ela relata que o espaço ainda precisa passar por mudanças, mas que esse é também o seu papel enquanto liderança jovem.

Seu coletivo, carinhosamente chamado de "chamego, minha filha", explicita a dimensão afetiva da luta feminista. Não demanda somente direitos formais, mas cria redes de escuta e acolhimento e busca reconhecer que muitas mulheres precisam de afeto tanto quanto de políticas públicas. Aqui, a história oral se entrelaça com o ativismo: as narrativas das mulheres atendidas pelo movimento não são apenas registros, mas ferramentas de transformação, evidenciando como a memória individual se torna combustível para a mudança coletiva. A escuta é também um gesto político e é nesse cruzamento entre memória, gênero e resistência que sua liderança ganha espaço histórico (Portelli, 2010).

Assumir a coordenação do coletivo a fez perceber a pobreza menstrual acontecendo no estado, levando o grupo a focar nessa questão inicialmente e a promover um projeto para dignidade menstrual em Manaus. Atualmente, o coletivo busca recursos para se autossustentar. Ela também se envolveu em discussões e ações sobre justiça climática e meio ambiente, reconhecendo a importância de defender a floresta amazônica.

*E aí descobri que tinha uma luta onde eu cabia, sem que a minha posição fosse ficar utilizada por conta do que aconteceu com a minha cunhada e com a meu irmão. Então, a luta da... violência obstétrica é um lugar confortável para mim, dentro de tantas lutas [...] E aí o coletivo surge assim como um clarão, sabe, dentro de anos muito obscuros para mim de afastamento, e muito sofridos também, porque eu não estava na luta, mas a luta estava em mim inteiro todo, né? A gente não consegue se desvencilhar – Cira.*

Cira retomou sua participação em movimentos de mulheres em 2018, após uma amiga a convidar para uma reunião do coletivo. No movimento social, ela encontrou uma luta onde sentia que ‘cabia’, sem que sua posição fosse usada por conta de uma situação pessoal delicada (envolvimento do irmão no feminicídio da cunhada, que a afastou do movimento em 2010). A luta contra a violência obstétrica foi um lugar, segundo ela, confortável, inicialmente. Em 2021, ela se candidatou e foi eleita presidenta do coletivo, sendo a única chapa na eleição. Assumir a presidência lhe conferiu uma posição estratégica dentro do coletivo, permitindo dialogar com diversos outros movimentos.

Ela menciona um momento complexo, por volta de 2019, no júri do irmão, onde encontrou companheiras de movimento protestando em frente ao fórum. Apesar do desconforto por estar acompanhando o irmão, ela foi até as companheiras, explicou a situação e provocou uma reflexão sobre as consequências da violência não apenas para as vítimas, mas também para as famílias dos agressores.

Cira relata ter tentado entrar no Fórum Permanente de Mulheres de Manaus por muitos anos, participando de reuniões esporádicas. Ela sentia que havia um crivo ou burocracia para ingressar nesse espaço. Em 2022/2023, o Fórum convidou o coletivo a qual ela era presidente para participar. Como representante do movimento social, o coletivo tem atuado em diversos espaços: no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e na Frente Estadual pelo Desencarceramento. Cira atualmente também coordena o Fórum de Movimentos Sociais LGBTs. Ela afirma que o coletivo "*destrancou as portas que estavam fechadas*" para ela como mulher.

Dessa forma, podemos observar como as políticas de exclusão institucional são mecanismos velados que operam para manter grupos marginalizados à margem dos espaços de poder. Quando Cira relata ter enfrentado anos de barreiras para ingressar em alguns espaços, nos remete a uma violência silenciosa das estruturas formais, que se apresentam como neutras, mas reproduzem hierarquias de raça, classe e gênero (bell hooks, 2023).

O acesso a esses espaços, não é concedido, é conquistado através da organização política. Dessa forma, o convite recebido em 2022/2023 não foi um gesto de abertura espontânea, mas o resultado da insistência de Cira e de seu coletivo em ocupar espaços, mesmo quando as portas pareciam fechadas. O fato de o coletivo ter "destrancado portas" não apenas para ela, mas também para outras mulheres, representa uma conquista que vai além do individual e se transforma em uma ponte para a comunidade (bell hooks, 2023).

A sua atuação em múltiplas frentes de luta exemplifica a interseccionalidade como prática política. Ela se recusa a ser limitada a uma única pauta, apesar de seus desafios, sua trajetória que transita entre diversos espaços ativistas, desde os direitos das mulheres até o desencarceramento, mostra como as opressões estão interligadas e demandam respostas articuladas (bell hooks, 2000).

Ela recorda da participação do movimento social na linha de frente do movimento "#EleNão" em 2018. Durante o ato, ela estava no carro de som e viu uma pessoa pedindo para que o nome da sua cunhada fosse mencionado, o que a deixou desconfortável e a fez deixar o ato mais cedo após pedir à outra companheira para ler o nome.

Existir em um espaço de militância e principalmente frente a movimentos sociais, como retratado aqui pelas participantes, não é passivo de você sofrer violências ou mesmo cometê-las. A reflexão de Cira acerca do acontecimento que a afastou desse espaço por uma década reflete também como essas mulheres são afetadas por ações e comportamento de pessoas ao seu redor. Menciono aqui parte do meu diário de campo, onde pude observar essa dinâmica ao vivo, durante as entrevistas.

*“Percebo que as falas são direcionadas para alguns olhares, não sei bem como me comportar perante essa situação, é como se todas estivessem o tempo todo sob algum tipo de julgamento invisível, onde precisasse justificar suas falas para que não fossem usadas contra elas – Diário de campo pessoal.*

Na ocasião mencionada, participava de um evento onde haviam várias líderes de movimentos; sempre fui bem recebida por todas, que mesmo no início me olhando com olhares desconfiados, aceitavam conversar e depois compartilhar algumas de suas inquietações sobre esses espaços. Deixo registrado nessa escrita a potência dessas mulheres que pude vivenciar de perto, e não faço alegorias de que são “supermulheres” ou algo fora do comum, ao contrário, são mulheres comuns, são mães, são filhas, são esposas, são cristãs, são ateias, são mulheres com deficiência, são negras, indígenas, quilombolas. São mulheres ordinariamente comuns (como eu e você, leitora) que são a voz e o rosto de Manaus e me atrevo a dizer, da Amazônia.

Retomando a narrativa de Cira, recentemente, em 7 de fevereiro, o coletivo assumiu a coordenação do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus. Cira considera isso como o *“auge que uma feminista pode chegar dentro dos movimentos”*. Ela reconhece que há desafios internos no Fórum, como movimentos que se retiraram e questões estruturais e racistas, mas espera que consiga promover uma boa gestão e aproximação entre as mulheres. Em 2022 ela se candidatou ao Senado, exemplificando a estratégia da militância negra feminista brasileira de transformar o sistema político por dentro (Sueli Carneiro, 2005).

*Porque eu estou lutando pelo direito de poder existir, mesmo hoje não estando existindo (refere-se a sua loja que precisou ser fechada em razão das demandas do movimento social) mas estou fazendo isso por outras pessoas que passam pelo*

*que eu passei, mas de forma silenciosa. Eu fui atrás de brigar com todo mundo e de participar dos movimentos sociais para tentar reverter isso – Jaci.*

Dentro do movimento social, a participante notou que a pauta da empregabilidade e empreendedorismo LGBTQIA+ era muito pouco trabalhada e divulgada. Quando abordada, focava apenas no modelo tradicional (CLT), não no empreendedorismo, que era o seu ponto de partida. Ela começou a vivenciar as dificuldades de ser uma empreendedora LGBT, desde a hesitação de fornecedores até o preconceito sentido ao abrir uma loja física, levando-a a negligenciar a administração do negócio para focar na sua segurança e no direito de empreender como pessoa LGBTQIA+.

Ao vivenciar diretamente esses obstáculos, a Jaci percebe que o público LGBTQIA+ era ignorado. Essa experiência de discriminação a leva a priorizar sua segurança e o direito de empreender como pessoa LGBTQIA+, transformando sua atuação política. Sua luta deixa de ser apenas sobre ideias abstratas e passa a ser intrinsecamente ligada à sua identidade e vivência. Dessa forma, refletindo na necessidade de incluir grupos excluídos nos espaços de decisão, ela não defende apenas o empreendedorismo, mas o direito de existir e atuar como pessoa LGBTQIA+.

A participante enxerga sua atuação como uma luta pelo direito de poder existir não apenas para si, mas para outras pessoas que passam por situações semelhantes. Como uma das poucas vozes a abordar o tema na cidade de Manaus, ela exemplifica a representação baseada em identidade e experiência compartilhada. Diferente da representação tradicional, centrada em opiniões e programas, a política de presença reconhece que, quando a diferença se dá por experiências e identidades de grupo, a inclusão política exige a presença desses sujeitos (Anne Phillips, 2001). Sua legitimidade vem justamente de sua vivência como empreendedora LGBTQIA+, e sua imersão nos movimentos sociais, demonstra o peso dessa luta por reconhecimento.

Sua motivação vem do desejo de que alguém tivesse lutado por ela no passado, traduzindo-se em um forte senso de responsabilidade perante sua comunidade. Essa dinâmica se alinha à ideia de que a política de presença surge da frustração com a lentidão das mudanças estruturais e da percepção de que as estratégias políticas refletem os interesses dos grupos já estabelecidos (Anne Phillips, 2001). Sua experiência de invisibilidade e preconceito a impulsiona a agir, reforçando a necessidade de ocupar espaços e garantir que pessoas como ela sejam ouvidas.

Jaci se posiciona como uma das pouquíssimas pessoas que abordam a temática do empreendedorismo LGBTQIA+, sendo pioneira, o que é bom, mas também difícil para expandir a ideia. Acredita que o trabalho faz sentido quando se vê na luta de outros, o que é algo que ela gostaria que alguém tivesse feito por ela antes. Vê a necessidade de mostrar o potencial profissional das pessoas LGBTQIA+ e o que significa o "orgulho" fazer o seu trabalho e ser LGBTQIA+, mesmo que muitos optem por esconder por medo. Um objetivo central do coletivo é a expansão dessa causa e visão, garantindo a continuidade do trabalho mesmo que ela não esteja mais à frente.

Sobre sua atuação política, ela confessa que até pouco tempo não a entendia bem e tem receio de se perder no "personagem". Embora o movimento social se defina como coletivo de empreendedorismo e cultura, ela se viu na necessidade de lutar pela existência humana de outras pessoas, como ao incluir a retificação de documentos para pessoas trans em um projeto. Ela nota que as pessoas confundem essa luta pela existência com interesse em entrar na política partidária (como ser vereadora), o que ela afirma ser a última coisa que quer na vida. O motivo é que, na sua visão, quem entra na política partidária deixa de fazer o básico e se afasta da "base". Ela se considera "*muito da base*", focada em ver o retorno direto para os empreendedores nos eventos. Recebe convites e especulações, mas não quer sair da base.

Jaci considera frustrante a aproximação de pessoas e políticos que só querem "*ficar bonita*" ou aparecer. Ela recusa trabalhar com pessoas que só agem por interesse político e não executam. Critica o ego de líderes (especialmente homens) que, na sua visão, impedem a construção coletiva e o crescimento das organizações, pois querem mostrar que sabem, mas não fazem. Por isso, passou a escolher trabalhar com pessoas que "*realmente fazem*".

*Então, quando eu ingressei no movimento estudantil na UESA em Manaus [...] E assim, é, daquela época para cá, quando eu comecei a migrar nos movimentos estudantis, eu entendi que os jovens precisam ter vez e ter voz também nos espaços de poder. Que são os jovens que fazem uma transformação mais forte mais sólida. Aí eu comecei a entender isso e comecei a brigar pela nossa categoria, dentro dos ônibus, para ter carteirinhas, para ter vaga em cinemas. Daí com uma turma, né, na época da Vanessa Grazziotin, a gente fez isso e se espalhou no município – Uara.*

A militância de Uara Maia começou cedo. Ela tinha 16 anos quando iniciou sua trajetória nos movimentos sociais. Ingressou nos movimentos sociais com o propósito de criar mecanismos de defesa e garantir que os direitos humanos e a dignidade das pessoas sejam respeitados, independentemente de serem partidárias ou religiosas. Ela migrou para os movimentos estudantis na UESA (União dos Estudantes do Amazonas) em Manaus, entendendo que os jovens precisam ter vez e voz nos espaços de poder, pois são eles que promovem transformações mais fortes. Ela brigou pela categoria estudantil, buscando carteirinhas e vagas em cinemas.

Uara entrou no movimento social voltado especificamente para mulheres pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) para brigar pela terra, defendendo a necessidade de mulheres terem lugares dignos para morar, pois muitas viviam em necessidade, desempregadas, com filhos e sem habitação. Viajou para várias capitais do Brasil defendendo essa causa. Acredita que a mulher que ajuda a gerar vidas deve ter uma vida digna e estar onde quiser. Depois, migrou para a questão da fome zero, vendo muita gente com fome ao seu redor e nos noticiários.

Posteriormente, começou a visitar o município de Iranduba, onde vivia sua avó, e percebeu muitos casos de violência contra mulheres, cárcere privado e assassinatos, mesmo antes da existência da lei do feminicídio. Um episódio marcante foi quando foi agredida fisicamente, em praça pública, por um vereador, que na época era presidente da Câmara de Vereadores de Iranduba. O vereador a agrediu com palavras, socos e pontapés quando ela estava com seis dias de resguardo de sua filha, o que a impediu de amamentar. Essa violência intensificou sua luta.

*Ele [o vereador que agrediu] se aborreceu comigo, me chamou de filha daquela, né? E aí o nó ficou mais quente, mais apertadinho e eu disse para ele que eu não era filha daquela pessoa lá que tava falando, né? Me agrediu com palavras, socos e pontapés. E na época eu tava com seis dias de resguardo da minha filha e que acabou impedindo eu de amamentar né? – Uara.*

Heleieth Saffioti (2001) destaca que a violência de gênero é um mecanismo de controle social, utilizado para manter mulheres em posição subalterna. No caso relatado por Uara, a agressão ocorreu em praça pública, um espaço simbólico de visibilidade, demonstrando como a violência é exercida sem temor de repercussões. O fato de o agressor ser um vereador e presidente da Câmara evidencia a conivência e passividade

das estruturas de poder com a violência masculina, corroborando a ideia de que a sociedade autoriza os homens a punirem mulheres que desafiam normas de gênero.

Saffioti (2001) critica a visão vitimista que desconsidera a resistência feminina, mas ressalta que a falta de legitimação social para a violência é um entrave à justiça. A agressão contra Uara ocorreu antes da Lei do Feminicídio (2015), período em que crimes contra mulheres eram frequentemente tratados como "crimes passionais" ou "de honra".

Sua atuação abrange diversos segmentos, ela está ali "fazendo a defesa". Ela se define como uma defensora, uma militante, uma defensora do direito da mulher, brigando por causas ambientais e sociais. Para ela, os movimentos sociais hoje "são sua vida", podemos analisar que a subjetividade das mulheres é moldada pela resistência, não apenas pela vitimização. A personagem não é uma "vítima passiva", mas uma agente que redefine seu lugar no mundo através do enfrentamento (Heleieth Saffioti, 2001).

Uara não consegue deixar de estar presente onde há injustiça, como a falta de pagamento a profissionais da saúde ou a má condição de professores, pois segundo a participante, sempre há uma perspectiva de gênero nessas lutas. Dessa forma, a opressão de gênero está intrinsecamente ligada a outras formas de exploração, como a precarização do trabalho (Heleieth Saffioti, 2004).

Sua atuação política se manifesta em sua participação ativa em diversos espaços. Ela conseguiu implantar a Rede Girassol Maria da Penha em 16 municípios do interior do Amazonas, por meio de núcleos e associações legalizadas. Essa rede, formada por vítimas de violência que se tornaram formadoras de opinião, cresceu e obteve utilidade pública. Ela é a presidente do Conselho Municipal do Direito da Mulher de Iranduba e defensora popular formada pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Participa de conferências a nível nacional, estadual e municipal, apresentando as reivindicações das mulheres. Percebe sua atuação como uma forma de transformar a sociedade em um lugar mais justo, digno e com empatia, unindo todos os movimentos sociais por causas válidas.

*A Fundação veio exatamente suprir essa necessidade de pessoas trans, de identidades femininas, no movimento LGBT. Porque aí tinham organizações que até trabalhavam a pauta, mas não tinham pessoas trans à frente, trabalhando de uma maneira mais propositiva. E aí a gente sempre era o público, não era os agentes. [...] Eu me identifico como uma mulher Trans, Preta, Interiorana – Iara.*

Após iniciar na Associação Orquídea e com algumas inquietações, a participante e outras pessoas Trans e Travestis fundaram o movimento social que fazem parte. O objetivo da Associação é suprir a necessidade de ter pessoas trans, com identidades femininas, à frente do movimento LGBTQIA+ em Manaus. Anteriormente, outras organizações tratavam das questões envolvendo pessoas trans, mas como público-alvo, sem ter pessoas Trans afrente desses movimentos.

Desde a fundação em 2017, o movimento atua no campo dos direitos humanos para a população LGBTQIA+, entendendo os recortes e que as pautas são interseccionais. Eles não se fecham apenas em uma única questão, reconhecendo a pluralidade das pessoas, que podem ter múltiplos marcadores como o caso de Jaci, que é uma mulher preta, indígena e transexual.

Há uma emergência da visibilidade de movimentos sociais compostos pela população Trans e Travesti no Brasil. Jaqueline Gomes de Jesus (2010) aborda como o ativismo, muitas vezes iniciado de forma intuitiva, tem aumentado a consciência política da população trans, levando-as a se perceberem como integrantes de um grupo social antes invisível e a se comprometerem subjetivamente com o grupo onde pessoas trans possam ter um espaço para também serem protagonistas dessas ações.

A ênfase nas identidades femininas, como proposto por Iara, dialoga com a visibilidade e o protagonismo de mulheres transexuais e travestis, que compõem uma parcela significativa e historicamente mais exposta da população trans. Para muitas delas, o pensamento feminista funciona como um referencial teórico e político essencial, oferecendo ferramentas para resistência e reexistência em um contexto de opressões interseccionais (Jaqueline De Jesus, 2010).

A distinção proposta por Iara entre ser o público (aquele que é alvo de políticas ou discursos) e o agente (quem protagoniza a ação política) reflete um processo fundamental nos movimentos sociais: a transição de uma identificação passiva com um grupo para uma participação ativa em sua luta. Essa mudança ocorre quando indivíduos não apenas se reconhecem como parte de um coletivo, mas também desenvolvem uma identidade politizada que de acordo com Jaqueline De Jesus (2010), elas passam a pensar e agir como membros engajados, capazes de transformar sua realidade.

No contexto trans, essa dinâmica é especialmente relevante. A criação de espaços onde pessoas trans liderem (como agentes) em vez de somente serem atendidas (como público) é condição essencial para um empoderamento. Dessa forma, é possível fortalecer

identidades políticas coletivas e garantir que as demandas específicas dessa população sejam não apenas incluídas, mas formuladas e dirigidas por quem vive essas experiências.

A fala de Iara reforça a necessidade de espaços específicos e protagonismo trans, sugerindo que, em muitas organizações LGBTQIA+ amplas, as questões de gênero não eram plenamente atendidas ou lideradas por pessoas trans. Essa lacuna evidencia a importância de estratégias políticas autônomas, nas quais mulheres e homens trans possam definir suas próprias agendas sem depender de estruturas que nem sempre priorizam suas lutas específicas.

O Transfeminismo, como proposto por Jaqueline Gomes de Jesus (2010), não se limita à simples participação no movimento LGBTQIA+, mas avança na superação de restrições conceituais e políticas que podem surgir quando as reflexões e ações são reduzidas às demandas gerais do coletivo. As demandas trans centram-se na identidade de gênero, uma distinção que, por vezes, gera tensões e prioridades divergentes dentro dos movimentos.

De acordo com Iara, o movimento social busca ocupar espaços para que suas vozes e necessidades – e as de toda a população – sejam ouvidas. Eles participam de conselhos municipais, sendo a única organização no Amazonas a ter assento nos Conselhos de Saúde, da Mulher, de Direitos Humanos e atualmente LGBTQIA+.

Uma análise das ações políticas desenvolvidas por ativistas trans em Manaus revela um repertório diversificado de estratégias para garantir direitos e acesso à saúde (Neves & Sivori, 2024). Os pesquisadores identificam quatro modalidades principais de atuação: confronto direto com instituições, articulação com aliados estratégicos, produção de visibilidade em espaços públicos e colaboração com gestores governamentais. Essas abordagens não exercem apenas pressão política sobre o Estado, mas também contribuem para a construção de identidades coletivas e para a afirmação da necessidade de participação ativa na formulação de políticas públicas.

A formação de organizações autônomas lideradas por pessoas trans, como observado no contexto manauara, demonstra a importância crucial do protagonismo direto no processo de empoderamento (Neves & Sivori, 2024). Esses espaços permitem o tratamento de demandas específicas relacionadas à identidade de gênero, que frequentemente são marginalizadas em instâncias mais amplas do movimento LGBTQIA+. A atuação desses grupos vai além da simples reivindicação, mas incorpora propostas técnicas, como evidenciado nos debates sobre a implementação do Processo

Transexualizador e do Tratamento Fora de Domicílio (TFD) no Amazonas (Neves & Sivori, 2024).

A participação em conselhos municipais e a organização de eventos públicos representam estratégias fundamentais para avançar nas pautas específicas da população trans (Neves & Sivori, 2024). A realização de workshops temáticos durante datas simbólicas, como o Dia da Visibilidade Trans, exemplifica como a combinação entre ação política e produção cultural pode amplificar as demandas desse grupo. Essas iniciativas buscam não apenas sensibilizar a sociedade, mas também qualificar o debate público sobre as necessidades específicas dessa população.

A perspectiva transfeminista emerge como elemento central nesse processo, articulando demandas de saúde, educação e outras dimensões da luta por direitos (De Jesus, 2010). Projetos que integram prevenção de ISTs, apoio às trabalhadoras sexuais e capacitação profissional refletem uma compreensão abrangente das vulnerabilidades enfrentadas. Essa abordagem ressalta que a emancipação trans deve considerar simultaneamente o acesso à saúde, o combate à violência estrutural e a promoção da autonomia econômica.

A experiência de Manaus ilustra como a efetividade das políticas públicas está diretamente relacionada ao grau de participação das pessoas trans em sua formulação e implementação (Neves & Sivori, 2024). A combinação entre pressão externa e atuação em espaços institucionais demonstra que a conquista de direitos transcende a mera inclusão formal, exigindo transformações profundas nas estruturas de poder e decisão. Essa dinâmica reforça a importância da autonomia política e da capacidade de agência das organizações trans na construção de respostas adequadas às suas necessidades específicas.

Entre outras atividades desempenhadas, há a realização de projetos que abordam mulheres Trans e Travestis em pontos de prostituição e mulheres cis próximas a elas, promovendo educação de pares, por meio da distribuição de preservativos e informativos sobre educação sexual e prevenção de IST's.

O transfeminismo e os movimentos de mulheres transexuais representam uma importante frente de luta dentro do feminismo, destacando a histórica resistência das pessoas transgênero no Brasil, em especial das travestis, e sua crescente aproximação com as pautas feministas. Ele surge como um movimento construído por e para mulheres trans, centrado em sua liberação e intrinsecamente conectado à emancipação de todas as

mulheres (De Jesus, 2010). Essa perspectiva reforça a ideia de que a luta trans não é isolada, mas parte de um projeto coletivo de transformação social.

Há também um forte foco na linha do empreendedorismo, entendendo a geração de renda e o acesso ao mercado de trabalho como fundamentais para romper ciclos de violência. Para isso, elas têm outro projeto, que oferece cursos, capacitação e participação em feiras para microempreendedores LGBTs e pessoas trans. Outro projeto a ser iniciado é o “Corpos Que Conectam”, focado na abordagem sobre exploração sexual e tráfico de pessoas trans. Este projeto começará com um curso de quatro módulos de direitos humanos, com extensão em peças de teatro sobre tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho análogo a escravidão.

A representação de perspectivas sociais é essencial, especialmente quando se trata de incluir pessoas trans com experiências em posições de liderança. Pessoas situadas em diferentes posições dentro das estruturas sociais, particularmente em relações de desigualdade, possuem experiências, histórias e compreensões distintas, o que constitui uma perspectiva social única, mas também coletiva dessas identidades. Essa perspectiva social caracteriza-se como um modo de enxergar processos sociais, condicionando, sem determinar, o que é percebido (Iris Marion Young, 2006).

Incluir pessoas trans em posições de liderança significa incorporar ao debate e às decisões a perspectiva derivada da vivência trans que, no caso da participante, também se entrelaça com as experiências de ser uma mulher preta e interiorana, evidenciando múltiplas posições sociais. Dessa forma, a deliberação pública é enriquecida com compreensões situadas que, de outro modo, permaneceriam ausentes ou marginalizadas.

Embora se engaje pouco no movimento negro no Amazonas, ela participa de eventos e, mesmo sendo representante de uma organização nacional de pessoas trans pretas/afonatrans, sua atuação mais ativa está no movimento social LGBTQIA+.

Deste modo, as mulheres aqui apresentadas buscam fomentar parcerias com outras organizações, pois entendem que isso fortalece a luta. A atuação política de cada uma delas é impulsionada pelo desejo de não querer que as dificuldades que elas enfrentaram aconteçam com outras pessoas.

#### **5.3.4. NÓS, DAS MARGENS: DESAFIOS E RE(E)XISTÊNCIAS NA LIDERANÇA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.**

*A partir do momento que a gente assume a identidade de gente, a gente precisa de uma validação de uma terceira pessoa, de um juiz, para poder você retificar, ou um tabelionato para poder você retificar. É como se você não tivesse o direito de escolha. E na mesma linha de pensamento, é o que você produz. Se fosse um homem gay, branco, padrão, dentro dessa construção de padrão, não teria sempre julgado, não teria sempre julgado o que você fala, o que você faz – Iara.*

*O próprio ego de líderes de movimento social, principalmente dos homens, não permite que eles construam em coletividade, entendeu? São muitos poucos que querem sentar, ouvir e construir [...] fica aquela coisa bem descentralizada, sabe? Fica aquela coisa bem, eu faço do meu jeito, tu faz do teu. A gente só se admira pelas redes sociais. Mas a gente não vai formar uma gestão disso – Jaci.*

Os relatos de Iara e Jaci abordam a complexidade das dinâmicas de poder que permeiam os movimentos sociais, ressaltando a necessidade de colaboração e a importância de uma gestão eficaz para o fortalecimento coletivo (Rosa & Mendonça, 2011). Em sua trajetória, Iara enfrentou uma busca constante por validação social e institucional, refletindo uma luta diária contra a deslegitimação de sua voz e identidade.

Um dos principais desafios enfrentados pela participante, e equiparado à questão da retificação de nome e gênero, é sempre ter sua fala colocada à prova. Ela sente que, assim como uma pessoa trans precisa da validação de terceiros (juiz ou tabelionato) para retificar documentos, o que ela produz ou fala também precisa de validação. Ela contrasta isso com a percepção de que um homem gay, branco e dentro do padrão, provavelmente não teria sua fala e ações constantemente julgadas. Lidar com isso envolve um processo de desconstrução do que é considerado "certo" e tentar "burlar" a reafirmação do preconceito, pois ouvir tanto coisas negativas pode levá-las a acreditar em inverdades.

Essa experiência ressoa com os desafios que Jaci também enfrentou, que aponta o ego inflado de líderes de outros movimentos sociais como um obstáculo significativo à construção coletiva. Essa postura, muitas vezes enraizada em inseguranças, cria barreiras que dificultam a colaboração e a partilha de conhecimento, elementos que deveriam auxiliar para o fortalecimento dos movimentos.

Jaci também observa que muitos movimentos se tornaram meros “números”, com uma execução deficiente de ações. Essa crítica à falta de gestão e organização é um ponto que ressoa com a experiência de Iara, que busca criar uma base estruturada para seu

coletivo. A descentralização da gestão, onde cada uma atua de maneira isolada, sem um padrão ou compartilhamento de processos, é um desafio que pode levar ao desaparecimento desses movimentos, como ambas relatam.

A falta de uma postura administrativa entre líderes é um fator que limita o potencial dos movimentos sociais, tornando essencial a implementação de práticas de gestão eficazes. Segundo Silvia Salvatici (2005), “a escuta atenta das vozes marginalizadas é essencial para a construção de uma história mais inclusiva e representativa, onde as experiências de grupos historicamente silenciados podem ser trazidas à luz”. Para Iara, a luta por reconhecimento não se limita à sua identidade de gênero, mas também à deslegitimação de sua voz em espaços onde a transfobia estrutural se manifesta na falta de apoio institucional e na constante demanda por validação. Sua experiência revela como a marginalização trans se agrava em contextos em que a gestão é precária e líderes de outros movimentos (principalmente homens) resistem à colaboração, muitas vezes por medo de perder protagonismo.

Jaci destaca a crise organizacional, a dificuldade de encontrar aliados comprometidos com a prática e não apenas com a retórica. Sua fala expõe a frustração com movimentos que se tornaram "números" vazios, priorizando visibilidade sobre ações, abrindo assim espaço para o ativismo performático em que a aparência de militância substitui a transformação material (bell hooks, 2018).

Ela aborda que aprendeu, dentro dos movimentos sociais, a importância de ser uma pessoa que executa, mesmo divulgando eventos de outros sem parceria. Está focada em organizar e fortalecer o interno do seu próprio coletivo para que ele consiga crescer no externo. Utiliza seu conhecimento em administração para tentar criar uma base organizada, mesmo que isso seja pouco comum no meio. Como mulher em posição de liderança, ela sente que precisa estar constantemente gritando e até "se passar por louca" para ser respeitada, o que ela vê como uma disparidade em relação a movimentos coordenados por homens.

Ambas as trajetórias convergem na necessidade de fortalecer estruturas internas para garantir impacto externo. Enquanto Iara busca criar bases sólidas para seu coletivo, enfrentando a fragmentação da gestão, Jaci enfatiza a urgência de modelos administrativos eficientes que superem o individualismo, visto que, a verdadeira mudança social exige não apenas discursos, mas organização coletiva e alianças estratégicas, elementos que faltam quando o ego e o machismo impedem a cooperação (Ângela Davis, 2016).

*E aí enquanto mulher Trans, as pessoas sempre acham que têm direito de falar sobre você – Iara.*

Para a participante, a invisibilidade é percebida como oportunista. A visibilidade de mulheres trans é dada em determinadas pautas, como a prostituição. No entanto, em pautas como empreendedorismo e construção de políticas públicas, elas não são chamadas. Embora o número de convites e aparições tenha aumentado, ainda está muito ligado à violência da população LGBTQIA+, mantendo-as em um nicho específico, como se não fossem capazes de falar sobre.

Como aponta Patrícia Hill Collins (2016), a hipervisibilidade de mulheres negras, trans e periféricas em pautas estereotipadas (como prostituição ou violência LGBTQIA+) não é por acaso, mas reflete o que a autora descreve como "prisão em nichos de representação", onde corpos marginalizados são autorizados a ocupar o espaço público apenas quando confirmam narrativas pré-estabelecidas pelo poder hegemônico, tendo em vista a fala de Uara que mesmo com o aumento de convites, a lógica permanece a mesma.

Essa invisibilidade seletiva pode ser entendida como uma forma de objetificação oportunista onde se utiliza a experiência das mulheres trans e marginalizadas como ilustração de problemas sociais, mas nega-se a elas o status de sujeitos políticos, capazes de contribuir em todas as esferas do debate (Patrícia Hill Collins & Bilge, 2020). A violência aqui é vista de forma dupla: na redução de suas vozes a um único tema e na naturalização dessa redução como algo inevitável. Assim, o que parece ser um simples desequilíbrio de oportunidades se revela uma tecnologia de manutenção de poder, pois enquanto algumas pautas forem consideradas adequadas para determinados grupos, a estrutura hierárquica permanece intocada.

*Foi muito o machismo de imposição, de... ‘Ah, ela só está nesse espaço porque ela está ficando com alguém’. Ou ‘ela só está nesse espaço porque ela é do grupo de terceiros’. As mulheres, hoje em dia, não acreditam na capacidade da juventude de se organizar. Não todas, claro” – Tainá.*

Tainá relata vários episódios machistas que vivencia, e como essa dinâmica está presente tanto na sociedade de forma geral quanto dentro dos próprios movimentos. Enfrenta o machismo em suas várias vertentes, como a insinuação de que só está em um espaço por ter relações com alguém ou ser de um grupo privilegiado. Mesmo muitas

dessas falas vindo de mulheres, Tainá prefere dizer que mulheres praticam violências das quais já foram vítimas; dessa forma, luta para que não se perpetue nos coletivos que ela faz parte.

Em uma análise feita por Leticia Kulaitis (2024), a autora evidencia a violência política de gênero como uma estratégia de manutenção do *status quo* patriarcal, que se manifesta não apenas em espaços institucionais, como o Congresso, mas também em dinâmicas cotidianas de deslegitimação das mulheres. Ela destaca que a violência de gênero no campo político visa limitar a participação das mulheres, seja através de agressões diretas (como no caso de Dilma Rousseff), seja por meio de mecanismos simbólicos que questionam sua legitimidade. Para Tainá, essa descredibilização está atrelada ao machismo estrutural, que em sua fala ecoa a desqualificação sistemática sofrida por mulheres na política, como Manuela D'Ávila, alvo de *fake news* que a acusavam de "hipócrita" ou "interesseira" (Letícia Kulaitis, 2024).

Nesse aspecto, a violência política é tratada como natural. Tainá enfrenta comentários machistas normalizados, mesmo por outras mulheres, reforçando a ideia de que o espaço público é naturalmente masculino. Letícia Kulaitis (2024) também retrata que mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+ sofrem violências agravadas por racismo, classismo e transfobia, como no caso de Marielle Franco e Érika Hilton, dialogando com as outras intersecções de marcadores das participantes desta pesquisa.

A fala de Tainá sobre as mulheres que reproduzem violências das quais já foram vítimas remete ao conceito de dominação simbólica, discutido por Bourdieu (2002). Essa dinâmica revela como a internalização de esquemas patriarcais leva algumas mulheres a validarem a mesma ordem que as oprime, atuando como agentes de manutenção do machismo (Letícia Kulaitis, 2024). Sua fala demonstra como a violência de gênero é perpetuada mesmo dentro de espaços que deveriam combatê-la. No entanto, sua luta é para que essas estruturas não se perpetuem, e reforça a importância da visibilidade e da ação coletiva como ferramentas essenciais para desconstruir as estruturas patriarcais, tanto na política formal quanto nos espaços de militância cotidiana.

Além disso, há o desafio das diferenças geracionais dentro do movimento:

*E aí, se você for para analisar muitos desses líderes, não conversam muito assim, porque tem conflito geracional. E aí, cada um dentro do seu território, do seu espaço, do seu cotidiano, vai ter vivências totalmente diferentes – Iara.*

Iara percebe que as vivências e os desafios enfrentados por ativistas de gerações anteriores, sua própria geração e as gerações posteriores são distintos. Aponta que ativistas de dez anos atrás podiam ter outras ocupações (como cafetinas), participar de outros processos ou "*bater para não apanhar*", enquanto ativistas de agora estão mais ligados à academia e trazem outro enfoque. Sua geração já colhe alguns frutos de lutas anteriores, como a retificação de nome e gênero a partir de 2018 e o reconhecimento da transfobia enquanto crime, acessando esses direitos de maneira menos burocrática que as gerações anteriores.

*Uma vez falaram numa reunião bem assim: 'Ah, a UNE só tem ela e esse bando de jovens delinquentes que anda com ela.' E foi uma mulher até que... politizada. A população, as mulheres mais velhas, elas não estão prontas pra fazer a transição geracional, nem pra deixar um espacinho pra juventude construir" – Tainá.*

A fala da participante sobre a dificuldade de inserção da juventude em espaços políticos tradicionalmente ocupados por gerações anteriores explicita uma contradição recorrente nos movimentos sociais: a tensão entre a preservação da experiência histórica e a necessidade urgente de renovação. Para Tainá, a resistência à transição geracional enfraquece a sustentabilidade das lutas sociais e reproduz lógicas hierárquicas que contradizem os discursos de inclusão. Dessa forma, sua perspectiva de luta busca não perpetuar esses estereótipos para as futuras gerações. Este movimento evidencia que, mesmo em movimentos progressistas, persiste uma adultocracia, na qual mulheres mais velhas, muitas vezes politizadas, resistem a ceder espaço às novas gerações (Eliane Gonçalves & Joana Pinto, 2011).

*Eu acho que as pessoas não querem dar espaços pros jovens, nós que somos mais velhas nesses espaços precisamos sim dos jovens do nosso lado, pois eles que fazem a diferença também, mas infelizmente não é sempre assim que acontece – Uara.*

A transição geracional nos espaços de militância é vista como um desafio pelas participantes, mesmo as ativistas mais velhas, como é o caso e Uara, que está há mais de

vinte de anos atuando. Sua fala demonstra como ainda é preciso dar espaços para a juventude para uma construção política de atuação. Partindo das falas das participantes, a resistência à transição geracional não apenas reproduz hierarquias internas, mas também desafia a sustentabilidade política do movimento. A estigmatização da juventude, a disputa por espaços de poder e as diferenças metodológicas entre gerações refletem contradições profundas, ao mesmo tempo em que aponta para a potencialidade transformadora do conflito como motor de renovação (Renata Saavedra, 2020).

Como também discutido pela autora, a mídia frequentemente celebra os novos feminismos como leves, pop e irreverentes (Marino & Cardoso, 2012), em contraste com o feminismo histórico como radical e impositivo. Essa narrativa, ainda que aparentemente positiva, atualiza estereótipos, como a associação das feministas históricas à seriedade excessiva e à repressão sexual ou a infantilização das jovens ativistas, reduzidas a corpos ousados em detrimento de suas pautas políticas.

A participação ativa em causas que enfrentam as violências contra as mulheres que são naturalizadas tem impacto direto na saúde e no bem-estar delas. A participante Cira destaca que a atuação do movimento social é "*muito dura*" contra o poder público e a classe médico-obstétrica, e elas sofrem consequências por isso. Um exemplo pessoal é que ela não consegue mais ser atendida por nenhuma médica ginecologista obstétrica porque é vista como "*inimiga dos obstetras*", o que afeta sua saúde:

*Não consigo mais ir em nenhuma médica de ginecologista obstétrica, porque eu sou uma 'inimiga dos obstetras'. Então, eu não consigo mais ser atendida" – Cira.*

Ela tentou ser atendida em um ambulatório de diversidade de gênero, mas não conseguiu dar continuidade, e até uma médica particular com quem tentou se consultar teve sua esposa se tornando membro do coletivo que Cira é presidente, o que lhe gerava desconforto.

Outro desafio é a impermanência das membras do coletivo, como destaca a participante: "*Gerir isso é complexo, especialmente em um trabalho voluntário, e como gestora, é difícil não se sentir responsável por quem não fica*". Há também uma dificuldade estrutural, pois o coletivo não tem sede física, apenas um endereço fiscal na oficina do cunhado de uma membra. Essa realidade não é particular de Cira: das cinco participantes da pesquisa, apenas uma tinha uma sede fixa do movimento, que na verdade,

é um espaço compartilhado entre várias instituições que conseguiram através da vinculação partidária.

Um desafio na atuação é a dualidade de papéis, horas confrontando, horas sendo aliados dos órgãos de saúde da mulher. Eles participam de reuniões com secretárias de saúde, apontam soluções e buscam parcerias, o que exige essa alternância. A forma como lida com isso é distribuindo os papéis dentro do coletivo com base nas habilidades de cada membra; umas são mais confrontadoras, outras mais diplomáticas, outras melhores para inspeções ou audiências públicas. Cira vê essa distribuição como uma “*riqueza muito grande*” do coletivo.

Como mulher negra, mãe e LGBTQIA+, ela reconhece que esses marcadores sociais trazem desafios, mas também abrem possibilidades. O coletivo já foi acusado de ser racista por uma membra. Embora na época não achasse que fosse o caso, hoje ela entende a estrutura racial e busca conhecimentos para que não perpetue violências que também sofre. Essa acusação gerou reflexões importantes para o coletivo. Por outro lado, seus marcadores permitem que o coletivo componha redes específicas de enfrentamento à violência racial e de gênero, acessando editais e redes voltadas para organizações lideradas por mulheres negras. No entanto, ela nota que com a próxima presidenta sendo uma mulher branca, algumas dessas portas podem não estar abertas.

A militância teve um impacto significativo na sua vida pessoal. A candidatura ao Senado em 2022 foi um grande “*deslocamento de energia*”, com implicações em seus relacionamentos pessoais e familiares. Ter o telefone do Coletivo, que era o primeiro contato para mulheres em situação de urgência na maternidade, gerou um custo para sua saúde mental. Ela se sentia constantemente “*sobressaltada e ansiosa*”, “*de plantão o tempo inteiro*”, com a sensação de que a vida ou morte de alguém poderia depender de sua atuação. Isso a fez quase adoecer. Como forma de lidar, ela precisou se desligar do gerenciamento direto do telefone e o coletivo buscou estratégias para reconfigurar o acesso e a gestão das demandas, como usar *WhatsApp* apenas para mensagem e não para ligações.

*A galera que constrói o movimento social, às vezes, esquece da própria vida. E se sente culpado quando vai pra algum espaço, se divertir, passear” – Tainá.*

O maior desafio que ela aponta é convencer as pessoas a se organizarem e se reunirem para que haja mudança. Ela entende que a “*rotina tão louca e densa de*

*sobreviver*" dificulta a participação. É difícil convencer um jovem a debater políticas públicas ou participar de conferências. Ela reconhece que isso é compreensível devido à decadência da saúde mental das pessoas. Algumas pessoas preferem atividades pessoais como "*fazer unhas e depois tomar um banho de cachoeira*" em vez de lutar contra o capitalismo e é um desafio convencê-las a fazerem parte desse processo de luta.

Tainá enfrenta questionamentos de sua própria família sobre porquê dedica tanto tempo ao partido e aos movimentos em vez de cuidar de si. Ela destaca que existe o risco de adoecer cuidando de tantas coisas e esquecer da própria vida. Menciona que ativistas às vezes se sentem culpados por se divertir ou passear. Ela, no entanto, afirma que hoje em dia consegue se desligar às vezes.

Como líder do coletivo, o impacto de ver a pobreza menstrual acontecendo no Estado e ouvir as dificuldades das mulheres a marcou profundamente. A sua própria trajetória e atuação em múltiplos espaços demonstram que ela lida com os desafios os enfrentando "*de frente*", buscando convencer e organizar as pessoas apesar da dificuldade, conciliando diferentes frentes de atuação – partidária e movimentos sociais – e aprendendo a cuidar de si para poder ajudar os outros.

*A dificuldade é dobrada pelo fato de ter a ausência de políticas públicas voltadas para elas e ter muitas vezes somente os movimentos sociais que a gente conseguiu implantar nesses 16 municípios, mas ainda não suportam tantos demônios. E o desafio maior é morar no interior, ser instalado no interior e não ter esses recursos, não ter uma delegacia, não ter uma coordenação de mulher. Temos municípios que ainda não tem nenhum conselho da mulher. A maioria das mulheres daqui, são mulheres pretas” – Uara.*

Uara relata que os desafios enfrentados por mulheres negras no interior do Amazonas se dão principalmente pela ausência de políticas públicas específicas, a carência de estruturas de apoio, como delegacias e conselhos da mulher e a sobrecarga dos movimentos sociais locais. Dessa forma, a interseccionalidade entre raça, gênero e território agrava as desigualdades, exigindo respostas urgentes do Estado e maior articulação entre sociedade civil e poder público. A narrativa de Uara não parte somente de sua vivência e experiência enquanto uma mulher negra no interior do Amazonas, visto que de acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica aplicada) de 2023, 78% das mulheres negras no interior do Amazonas vivem abaixo da linha da pobreza.

Além disso, o relatório do observatório brasileiro das desigualdades de 2024 destaca a importância de olhar para as mulheres negras sob um olhar interseccional, visto que elas enfrentam mais precariedade habitacional, insegurança alimentar e desemprego em comparação com outros grupos. 76,07% das mulheres negras vivem em condições de habitação precária, comparado a 22,84% das mulheres não negras.

No interior do Amazonas essa realidade é vivenciada por Uara, já que 90% das mulheres que são beneficiadas com as ações do coletivo são mulheres pardas e negras. No artigo “História de Vida e Feminismos na Amazônia”, Alessandra Pereira e Iolete Silva (2023) fazem uma análise da história de vida de Saracá, mulher também do interior do Amazonas, que diante da falta de escolas e infraestrutura, mobilizou a comunidade para construir um espaço educacional e assumiu, ela mesma, o papel de professora, mesmo sem formação adequada.

Dessa forma, a fala de Uara explicita a dupla marginalização enfrentada por essas mulheres: a invisibilidade imposta pelo Estado e a sobrecarga que recai sobre os movimentos sociais que lidam com essas demandas. A ausência de delegacias, coordenadorias da mulher e conselhos municipais, reflete o mesmo abandono que obriga as mulheres amazônidas a criarem suas próprias redes de apoio, assumindo funções que deveriam ser responsabilidade do poder público.

Mesmo em condições adversas, as mulheres amazônidas desenvolvem estratégias criativas de resistência (Alessandra Pereira & Iolete Silva, 2023). Uara menciona os movimentos sociais como uma forma de enfrentamento, ainda que limitada. Essas iniciativas mostram que, na ausência do Estado, são as próprias mulheres que constroem caminhos alternativos para garantir dignidade e direitos. Não cabe aqui romantizar esses processos de luta, mas evidenciar a falta do olhar governamental e valorizar as diversas formas de resistências dessas mulheres.

Deste modo, as mulheres aqui apresentadas não lutam apenas por si, mas por suas comunidades. Suas lideranças mostram que a representatividade autêntica exige ocupar espaços com corpos que carregam as marcas das opressões que elas denunciam. Assim, compreendemos como articulam sua representatividade: não como uma identidade fixa, mas como um processo contínuo de luta e reinvenção coletiva, que quando são empurradas para as margens e encontram desafios, elas resistem e se reinventam.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa se dedicou a compreender as trajetórias de mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas a partir de suas trajetórias de lutas, explorando como suas vivências pessoais se entrelaçam com suas lutas coletivas.

O estudo emerge das trajetórias de vida das líderes, evidenciando que a luta, para elas, não é meramente uma escolha, mas um chamado inevitável provindo de suas experiências e adversidades. As narrativas de Iara, Cira, Jaci, Tainá e Uara demonstram que suas representatividades são intrínsecas aos marcadores sociais de gênero, raça, classe e sexualidade que as atravessam. A fala de Iara, "*fui empurrada para esse lugar*", e de Cira, "*a luta estava em mim o tempo todo*", ilustram essa perspectiva de luta que é vivenciada, e não apenas uma adesão ideológica. Esse trabalho desvela como suas existências, marcadas pela opressão e invisibilidade, transformam-se em atos políticos e em formas de resistência contínua, desafiando estruturas dominantes e criando espaços de re(existência).

Esse estudo aborda os desafios relacionados à invisibilidade e ao apagamento da região Norte e das mulheres amazônidas na produção de conhecimento e nas narrativas hegemônicas. Jaci questiona a subnotificação das “potências” da Amazônia em comparação com o Sul e Sudeste, denunciando uma crítica geopolítica e uma confluência de marginalizações. Uara reforça que “*a região da Amazônia toda é assim*”, e que as mulheres, especialmente as negras e indígenas do interior, são esquecidas.

A discussão sobre a colonialidade do ser e do poder (Aníbal Quijano (2005), Maria Lugones) contextualiza como a construção de uma identidade brasileira pautada no branqueamento e na negação do outro resultou no silenciamento e subalternização de corpos racializados e suas histórias. A pesquisa destaca que a história oficial pouco traz relatos da vida das mulheres amazônidas, perpetuando a invisibilidade e intensificando os desafios da representatividade.

Quanto à investigação das trajetórias de vida das líderes e suas motivações para se vincularem aos movimentos sociais no Amazonas, as narrativas revelam que suas lutas foram impulsionadas por violências estruturais e pela necessidade de transformar dor individual em resistência coletiva. Iara foi "*empurrada*" para a militância por suas vivências como mulher trans, buscando na universidade e, posteriormente, na fundação de seu próprio movimento, um espaço onde pessoas trans pudessem ser "agentes" e não apenas "público-alvo".

Cira teve sua militância intensificada após enfrentar violências pessoais e familiares, como violência doméstica, abuso sexual na infância e o feminicídio de sua

cunhada, transformando sua dor em luta por redes de proteção. Jaci ingressou no ativismo após enfrentar preconceitos como empreendedora LGBTQIA+, percebendo a necessidade de lutar pelo direito de poder existir. Tainá descreve sua trajetória como “*desde sempre*”, influenciada por referências familiares e por uma consciência política precoce sobre a dimensão coletiva da existência feminina.

Já Uara começou sua militância aos 16 anos, impulsionada por vivências de violência e pela necessidade de defender direitos humanos, expandindo sua atuação para questões de terra, fome e combate à violência contra a mulher. Essas narrativas mostram que o ativismo surgiu como resposta à violência estrutural e às opressões interseccionais.

A análise das práticas de resistência sob perspectivas feministas revelou como essas mulheres transformam suas vivências em ferramentas políticas. Elas constroem redes de apoio e coletivos autônomos, enfrentam estruturas de poder machistas, racistas e LGBTfóbicas. Suas lutas são interseccionais, como no caso de Cira, que transita entre direitos das mulheres, desencarceramento e movimentos LGBTQIA+, demonstrando que as opressões estão interligadas e exigem respostas articuladas. O transfeminismo aparece na atuação de Iara, que busca garantir que pessoas trans não sejam apenas público-alvo, mas liderem suas próprias pautas. Além disso, a pesquisa evidenciou desafios internos nos movimentos, como machismo, adultocracia e tensões geracionais, exigindo constante renovação das lideranças.

O trabalho revelou desafios significativos que merecem atenção tanto acadêmica quanto prática. Um dos aspectos mais críticos diz respeito à estruturação dos movimentos sociais. Embora essas organizações demonstrem ações transformadoras, enfrentam dificuldades na gestão cotidiana, desde a execução deficiente de ações até a ausência de uma postura administrativa mais profissionalizada entre suas lideranças. Essa fragilidade organizacional acaba por limitar o impacto potencial dos coletivos, muitas vezes reduzindo-os a "meros números" na busca por visibilidade em detrimento de ações efetivas, como citado por algumas participantes.

Outra lacuna evidente se refere à relação entre o Estado e os movimentos sociais. A pesquisa constatou uma desconexão entre as demandas apresentadas pelos coletivos e as respostas efetivas do poder público, especialmente quando se trata de políticas voltadas para mulheres amazônidas em sua diversidade. Essa constatação sugere a necessidade de pesquisas que não apenas avaliem criticamente as políticas existentes, mas que também proponham mecanismos mais eficazes de diálogo entre sociedade civil e Estado, com

especial atenção às realidades específicas de grupos interseccionais e territórios periféricos.

No âmbito do bem-estar das ativistas, os dados revelaram uma questão alarmante: a sobrecarga emocional enfrentada pelas lideranças, decorrente tanto da exposição constante a situações de violência quanto da falta de redes de apoio adequadas. Esse achado indica um campo fértil para investigações futuras que explorem estratégias de cuidado coletivo e saúde mental no contexto do ativismo, com potencial para desenvolver protocolos específicos de acolhimento psicossocial para militantes.

A dimensão histórica também se mostrou como área carente de atenção. A pesquisa evidenciou como a produção de conhecimento hegemônica tem sistematicamente negligenciado o registro e a valorização das contribuições das mulheres amazônidas nos processos de transformação social. Esse apagamento histórico demanda iniciativas de pesquisa que empreguem metodologias como história oral, a partir de perspectivas feministas que desafiem as narrativas oficiais.

Essas lacunas, longe de representar apenas limitações, apontam para caminhos promissores de investigação. Elas sugerem a necessidade de abordagens interdisciplinares que articulem saberes da administração, psicologia, políticas públicas e estudos de gênero, sempre mantendo como eixo central as vozes e experiências das próprias lideranças sociais. Mais do que identificar problemas, mas construir dados na intenção de oferecer contribuições para o fortalecimento dos movimentos sociais no Amazonas e na região Amazônica.

## 7. REFERÊNCIAS

- Alvarez, S. E. (2014). Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. *Revista Feminismos*, 2(1).
- Anzaldúa, G. (2005). La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, 13, 704-719. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>
- Aquime, M. S. P. (2018). A igualdade de gênero: Do sonho possível à realidade vivida: As contradições presentes na cooperativa das mulheres de Cametá/PA. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, (14), 107-122.
- Bourdieu, Pierre. (2002). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.

- Braga, M. L. A. (2021). Mulheres nas agitações trabalhistas em Belém entre 1918 a 1919: Nas greves, nos sindicatos e na imprensa operária. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, (19), 159-176.
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde (2016). *Resolução nº 510, de 2016. Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. [https://c.saude.gov.br/imagem/comissao/com/fazer/Resolucao-\\_20-Ciencias\\_H.pdf](https://c.saude.gov.br/imagem/comissao/com/fazer/Resolucao-_20-Ciencias_H.pdf).
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2013). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS nos. 196/96, 303/2000 e 404/2008*. <https://conselh.saude.gov.br/r/20/Resolucao466.pdf>.
- Brisola, E. M. A., & Marcondes, N. A. V. (2011). A história oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: Um foco a partir da análise por triangulação de métodos. *Revista Ciências Humanas*, 4(1).
- Chaves, F. N., & de Assis César, M. R. (2019). O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia brasileira. *Revista Extraprensa*, 12(2), 138-156.
- Collins, P. H. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2a ed.). Routledge.
- Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, 31(1), 99-127.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Correia, R., Moraes de Barros, V., Cosendey Toledo, D. S., Lopes Leitão, C., & de Souza Torres, M. (2024). Análise dos Processos de Generificação a partir de Estudos Brasileiros: Uma Revisão de Escopo. *Plural-Revista de Ciências Sociais*, 31(1). DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2024.223377
- Curiel, O. (2019). Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In P. de M. Baldiuno (Orgs.), *Descolonizar o feminismo*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
- Da Silva, A. M. B., & Torres, I. C. (2019). Para uma fenomenologia da alma feminina: O protagonismo e a visibilidade da mulher. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*, 19(1).
- Da Silva, M. Z. G., & Dos Santos Pereira, J. (2023). “Mulheres que gingam no meio do mundo”: Capoeiragem feminista em Macapá. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, (1), 121-134.
- De Andrade, A. L. M., & Leal, L. A. P. (2020). “Outras lutas além do fogão”: O movimento de mulheres na Região Guajarina-PA, na década de 1990. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, (16–18), 163-176.

- De Sousa, M. P. S. (2022). Re-existências malungas: Agência sociopolítica de mulheres quilombolas no Marajó. *Terceira Margem Amazônia*, 7(18), 15-29.
- Del Priore, M. (2004). *A história da mulher no Brasil* (7a ed). Contexto.
- Do Nascimento, C. M. (2023). O movimento das mulheres originárias na luta por seus direitos. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, 2(24), 389-404.
- Espindola, E. M. (2015). *Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional Universidade Federal de Minas Gerais. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A2NGEK>
- Fonsêca, L. M. (2018). *Movimentos sociais e redes de mobilização na Amazônia: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
- Furtado, L. S., & do Carmo, E. S. (2023). Território educativo das águas: os saberes da comunidade ribeirinha do Rio Marajó-Açu em Ponta de Pedras (PA). *Revista Cocar*, 18(36). <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6523>
- Gohn, M. D. G. (2007). Mulheres–atrizes dos movimentos sociais: relações políticas-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade*, 6(11), 41-70.
- Gohn, M. D. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-361.
- Gonçalves, E., & Pinto, J. P. (2011). Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos Pagu*, 36, 25-46.
- Gonçalves, L. C., & Conrado, M. P. (2021). A rede de apoio Mulheres Marajoaras em Movimento: Processos de enfrentamento à Covid-19 por mulheres do arquipélago do Marajó (PA). *Revista Científica Gênero na Amazônia*, (20), 105-114.
- Gonzalez, I. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.
- Grossi, M. P. (1994). Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Estudos Feministas*, 2, 473-483.
- Hirata, H. (2002). Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, 18, 139-156.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 26, 61-73.
- Hirata, H. (2020). *Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das*

*relações sociais*. Boitempo.

- hooks, b. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.
- hooks, bell. (2019). *Olhares negros: raça e representação*. Elefante Editora.
- Karawejczyk, M. (2014). Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, 40(1), 64-84.
- Kulaitis, L. F. M. (2024). “Os Homens Estruturam um Mundo Deles e para Eles”: A Violência Política de Gênero como Estratégia Ortodoxa de Reprodução do Campo Político. *Mediações*, 29(1).
- Lacerda, P. M. (2013). Movimentos sociais na Amazônia: Articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 8, 153-168.
- Lopes, M. M., Souza, L., & Sombrio, M. (2004). A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: A exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). *Revista Gênero*, 5(1), 97-109.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.
- Manchinery, A. S. S., & De Almeida Silva, A. (2019). Mulheres indígenas no estado do Acre-BR: Do território tradicional ao movimento indígena nas cidades. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 10(1), 25-42.
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (1999). *Técnicas de pesquisa*.
- Matos, M. I. S. D. (2013). História das mulheres e das relações de gênero: Campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. *Mandrágora*, 19(19), 5-15.
- Meihy, J. C. S. B. (2005). *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola.
- Meihy, J. C. S. B., & Holanda, F. (2015). *História oral: Como fazer, como pensar* (2a ed.). Contexto.
- Milhomens, L. (2021). MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES DE MOBILIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: O CASO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. *Entropia*, 5(10).
- Motta-Maués, M. A. (1999). Pesca de homem/peixe de mulher(?): Repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 3(2), 377-400.
- Moura, L. A. (2019). *Organização das mulheres indígenas de Roraima (OMIR): Uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por*

*direitos* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Roraima].  
Repositório da Universidade Federal de Roraima.  
<http://repositorio.ufr.br:8080/jspui/handle/prefix/434>

- Neto, J. S. (2017). Quebradeiras de coco: “babaçu livre” e reservas extrativistas. *Veredas do Direito*, 14(28), 147-166.
- Neves, A. L. M. D., & Sívori, H. F. (2024). Ação política em saúde de pessoas trans em Manaus, Amazonas, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e Psicologia feminista*. Devires.
- Peirano, M. (1995). *A favor da etnografia*. Relume-Dumará.
- Pedrosa, M., & Zanello, V. (2016). (In) visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32.
- Pereira, A. D. S., & Silva, I. R. D. (2023). História de Vida e Feminismos na Amazônia: um estudo de caso. *Educar em Revista*, 39.
- Perez, O. C., & Ricoldi, A. M. (2019). A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. In *Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP)*, 10.
- Philips, A. (2001). De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, 9, 268-290.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Clacso.
- Rago, M. (1995). As mulheres na historiografia brasileira. In Z. L. Silva (orgs.), *Cultura histórica em debate*. UNESP.
- Ribeiro, D., Nogueira, C., & Magalhães, S. I. (2021). As ondas feministas: Continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro.
- Ribeiro, A. (2023). Bertha Lutz: Pioneira da inscrição dos direitos das mulheres na ONU. *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, (49), 183-194.
- Rosa, A. R., & Mendonça, P. (2011). Movimentos sociais e análise organizacional: explorando possibilidades a partir da teoria de frames e a de oportunidades políticas. *Organizações & Sociedade*, 18(59), 643-660.
- Saavedra, R. F. (2020). Novos feminismos? Conexões e conflitos intergeracionais entre feministas. *Revista Estudos Feministas*, 28.
- Sales, A. do A. (2022). *Manaus morena: Tecendo os fios de gênero com a cidade afetiva* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Amazonas].
- Salvatici, S. (2005). Memórias de gênero: Reflexões sobre a história oral de mulheres. *Revista Brasileira de História*, 24(48), 159-176.

- Sardenberg, C. (2015). Gênero e políticas para mulheres no Brasil: Reflexões em torno de uma experiência doída. *Caderno Espaço Feminino, Universidade Federal de Uberlândia*, 28(2).
- Scherer-Warren, I. (2008). Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, 21(53), 505-517.
- Silva, G. R. F., Macêdo, K. N. de F., Rebouças, C. B. de A., & Souza, A. M. A. e (2006). Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 5(2), 246-257.
- Silva, J. J. da. (2022). *Caminhos e trajetórias das mulheres no movimento indígena: Experiências das relações de gênero no Alto Rio Negro* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Amazonas].
- Souza-Lobo, E. (1991). *A classe operária tem dois sexos*. Expressão Popular.
- Souza, V. M. D. N. de., & Chagas, M. A. A. (2021). MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: A ATUAÇÃO DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROBLEMA ENERGÉTICO NO ESTADO DO AMAPÁ. *De apagão a apagado: ensaios sobre a questão energética amapaense*, 74.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.
- Talenses Group, & Insper. (2023). Panorama Mulheres 2023: O avanço da liderança feminina no Brasil. *HSM Management*. <https://talensesgroup.com/panorama-mulheres/>
- Torres, I. C. (2002). *As primeiras-damas e a assistência social: Relações de gênero e poder*. Cortez.
- Verdum, R. (2012). *As obras do PAC e os povos indígenas na Amazônia Brasileira*. Inesc.
- Young, I. M. (2006). Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 139-190.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I



**Universidade Federal do Amazonas  
Faculdade de Psicologia – FAPSI/UFAM  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

#### **Amazônidas em Movimento: Trajetórias e Resistências de Mulheres Líderes de Movimentos Sociais no Amazonas**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

<b>A) Perfil das entrevistadas</b>
Nome: _____ Idade: _____
Estado: _____ Cidade/Município: _____
Identidade de gênero: ( ) Mulher Trans ( ) Mulher Cis
Orientação sexual: ( ) Lésbica ( ) Bi ( ) Pan ( ) Assexual ( ) Outro: _____
Raça: ( ) Amarela ( ) Branca ( ) Indígena ( ) Parda ( ) Preta ( ) Outro: _____
Estado civil: _____ possui filhos? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, quantos? _____
<b>B) Trajetórias</b>
- Poderia me falar sobre a sua trajetória até a participação nos movimentos sociais?
- Me conta sobre sua trajetória no movimento social e como você percebe sua atuação política dentro dele?
- Você poderia compartilhar sobre os desafios que enfrentou na trajetória enquanto liderança do movimento social que atua?
- Poderia me falar sobre os aprendizados e mudanças que sua militância trouxe para sua vida e para o coletivo?

## APÊNDICE II



**Universidade Federal do Amazonas  
Faculdade de Psicologia – FAPSI/UFAM  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa “**Amazônidas em Movimento: Trajetórias e Resistências de Mulheres Líderes de Movimentos Sociais no Amazonas**”, cujo pesquisadora responsável é a mestranda **Ruth Almeida Correia**, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas, Campus Manaus, sob orientação da **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Consuelena Lopes Leitão** e Coorientação da **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maise Caroline Zucco**.

O objetivo geral da pesquisa pretende compreender como mulheres líderes de movimentos sociais no Amazonas constroem sua representatividade a partir de suas trajetórias de luta.

Os objetivos secundários pretendem: Identificar os desafios na construção da história e produção de conhecimento científico sobre mulheres Amazônidas; Investigar a trajetória de vida das líderes e as motivações que levaram a se vincularem aos movimentos sociais no Amazonas; Identificar os desafios na construção da história e produção de conhecimento científico sobre mulheres Amazônidas. A Sra. está sendo convidada, por atuar como líder de movimentos sociais que agem em prol das temáticas Trabalhistas, de Gênero e Direitos da comunidade LGBTQIA+, Negra, Indígena e Ribeirinha na faixa etária de mais de 18 anos, que esteja atuando, no mínimo, há seis meses.

A importância da sua participação consiste em contribuir para ampliar e aprofundar o conhecimento dessa questão cuja relevância social concerne à luta pela visibilidade e promoção da representatividade da mulher Amazônida e dos Movimentos Sociais no Amazonas. A participação igualmente fornecerá subsídios para fundamentar o reconhecimento das lutas sociais no Amazonas e suas interseccionalidades. Neste sentido, essa iniciativa se reúne aos esforços empreendidos para fomentar e defender a visibilização das mulheres no cenário sociopolítico e cultural, bem como para expor suas

trajetórias e resistências lavando em consideração aspectos de gênero, raça e classe e seu papel no ativismo da região Amazônica.

A Sra. tem a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, conforme o Item IV.3.d, da Resolução 466/2012, que trata sobre Pesquisas com Seres Humanos, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde -CNS.

Caso aceite, sua participação será na pesquisa de campo, na fase da coleta de dados, a partir de uma entrevista para abordar sobre a sua trajetória dentro do contexto dos movimentos sociais.

Os dados da entrevista serão utilizados tanto para descrever a realidade pontuada sobre a questão dos discursos que permeiam suas trajetórias como para entender as dinâmicas dos movimentos sociais no que concerne a temática da pesquisa.

Os dados coletados nas entrevistas também serão analisados, a partir dos referenciais teóricos e críticos, para embasar as questões interseccionais das lutas que pautam os movimentos.

E, em prol de assegurar a confidencialidade, a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantimos a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros, de acordo com o item II.2.i, Res 466/2012 e item IV.3.e, da Res. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 5º, incisos V, X e XXVIII, e a manutenção do sigilo e privacidade de seus dados e informações, em todas as fases da pesquisa. Assim, todos os participantes terão as identidades mantidas em sigilo durante e após a pesquisa e na divulgação dos resultados. Por isso, solicita-se a autorização prévia para o registro de áudio, antes do início das entrevistas de forma oral, para auxiliar na transcrição das falas e no processo de tabulação dos dados.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para a Sra. é possível causar situações de desconforto e/ou constrangimento devido ao seu caráter pessoal e profissional, onde podem vir à tona emoções e sentimentos negativos direcionados à determinados pensamentos e sentimentos. Deixa-se claro que caso haja necessidade, a sua participação pode ser suspensa em prol de sua saúde psíquica, conforme a Res. 466/2012-CNS e Art. 2º XXV da Res. 510/2016-CNS.

Assim, caso o participante sinta desconfortos e/ou constrangimentos, a pesquisa será interrompida e prestadas as devidas assistências. Como referido no Item V.6 da Resolução 466/2012-CNS, caso necessário, será disponibilizado às pessoas participantes da pesquisa o atendimento psicológico adequado por possíveis danos pela psicóloga **Jovana Nogueira Bruno**, registrada no Conselho Federal de Psicologia, sob o número: **20/12.240**, ficando todas as despesas da assistência de participantes e acompanhantes estarão sob a responsabilidade da pesquisadora.

Garantimos também a Sra., e sua/seu acompanhante, quando necessário, o ressarcimento das despesas decorrentes de sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente, como alimentação, transporte, entre outras não descritas aqui como indicado no Item IV.3.g da Res. CNS nº. 466 de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Estão assegurados a Sra. o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa, de acordo com a Resolução nº 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7, do Conselho Nacional de Saúde.

Quanto aos benefícios, apesar da pesquisa não auferir quaisquer modalidades de ganhos diretos nem remuneração aos participantes, eles terão a oportunidade de contribuir na luta pela representação e historicização acadêmica considerando a escassez de produções sobre o tema. Assim como, fomentar reflexões sobre os processos de generificação e intersecções entre raça e classe e seus impactos em suas trajetórias. Ao fortalecer as vozes, a pesquisa busca contribuir para a demarcação do conhecimento e para a construção de políticas de assistência que proporcionem a outras mulheres ocuparem espaços de liderança.

Se julgar necessário, a Sra. dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-la na tomada de decisão livre e esclarecida, como disposto no item VII.c, da Res. 466/2012-CNS.

Asseguramos a Sra., o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário, de acordo com os itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução nº. 466/2012- CNS. Garantimos a Sra. a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica, de acordo com o item IV.3.e, da Resolução nº. 466/2012- CNS.

A Sra. pode entrar em contato com o pesquisador responsável **Ruth Almeida Correia**, e-mail: [ruthalcorreia@gmail.com](mailto:ruthalcorreia@gmail.com), celular: (92) 9 9133-2664, e a orientadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Consuelena Lopes Leitão**, e-mail: consuelena@ufam.edu.br, telefone: (92) 98205-8475, a qualquer tempo, para informação adicional, no endereço: Rua General Rodrigo Otávio, nº 300, Coroado I, UFAM - AM, 69067-005 e pelo telefone (92) 99255-4247, podendo ser contatado em caso de urgência (24 horas por dia, 7 dias por semana).

A Sra. também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pela Sra., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e Declaro que concordo participar da pesquisa

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura da participante

\_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora responsável



IMPRESSÃO  
DACTILOSCÓPICA

## ANEXOS

### ANEXO I



**Universidade Federal do Amazonas  
Faculdade de Psicologia – FAPSI/UFAM  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

### DECLARAÇÃO

Eu Jovana Nogueira Bruno, psicóloga com registro no Conselho Regional de Psicologia, sob o número 20/12.240. Declaro para os devidos fins que prestarei apoio voluntário, se necessário, aos participantes da pesquisa **“Amazônidas em Movimento: Trajetórias e Resistências de Mulheres Líderes de Movimentos Sociais no Amazonas”** desenvolvida pela aluna de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI/UFAM) Ruth Almeida Correia, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dar<sup>a</sup>. Consuelena Lopes Leitão e Coorientação da Prof.<sup>a</sup> Dar<sup>a</sup>. Maise Caroline Zucco.

Manaus, 14 de novembro de 2024.

Jovana Nogueira Bruno  
Psicóloga  
CRP 20/12.240

---

Jovana Nogueira Bruno  
Psicóloga

## ANEXO II

### PARECER DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Amazônidas em Movimento: Representações, Resistências e Trajetórias de Mulheres Líderes de Movimentos Sociais no Amazonas

**Pesquisador:** RUTH ALMEIDA CORREIA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 85369824.9.0000.5020

**Instituição Proponente:** Faculdade de Psicologia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.376.193

##### Apresentação do Projeto:

Segundo o(a) pesquisador(a) responsável nos documentos anexados em PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2460599.pdf 23/11/2024 03:40:18; ProjetoRuthPlataforma Brasil.pdf 23/11/2024 03:28:34; cronograma.pdf 23/11/2024 03:27:43 e Orcamento.pdf 23/11/2024 03:25:27.

##### Desenho:

O presente projeto pretende abordar as trajetórias de lutas e resistências de mulheres líderes de movimentos sociais no Estado do Amazonas, buscando transgredir uma narrativa histórica de invisibilidades. Para isso, ampara-se em perspectivas feministas interseccionais e decoloniais como sustentação teórica. Chaves e Assis César (2019) discutem a desvantagem da Amazônia em relação ao restante do Brasil. Essa desvantagem é evidenciada por diversos indicadores sociais que apontam para desigualdades e altos níveis de violência, principalmente contra mulheres. Assim, contribua para que essas mulheres exponham e narrem suas trajetórias, promovendo sua representatividade também no campo científico, corroborando para a visibilização de suas lutas. Apesar de existirem mulheres líderes de movimentos sociais que desafiam e transcendem padrões hegemônicos preestabelecidos, elas ainda não são reconhecidas amplamente na história e academicamente.

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adifanópolis

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**CEP:** 69.057-070

**Telefone:** (92)3305-4000

**E-mail:** cep@ufam.edu.br